2
Sobre a produção industrial e suas origens (tendo por âncora a questão amamentação/mamadeira)

Depois de passar muitos meses gerando seus filhos, ao dar à luz, as mães e famílias deparam com a tarefa de zelar por eles. O tipo de alimentação que irão oferecer às crianças é fator crucial para a sobrevivência e o desenvolvimento saudável do bebê. A espécie humana é biologicamente "equipada" para alimentá-lo através do seio, mas culturalmente "equipada" também para criar, produzir e acessar formas alternativas para realizar a mesma tarefa.

O nascimento de uma criança é um momento extremamente delicado para todos os envolvidos, independentemente de qualquer variável econômica ou cultural. Muitos bebês nascem saudáveis e suas mães têm facilidade em amamentá-los. Algumas delas não desejam fazê-lo. Outras não podem alimentá-los porque estão doentes, porque morreram, porque deles foram separadas. Há também aquelas que enfrentam problemas no meio do processo, como o surgimento de ferimentos na auréola do seio e inflamações da mama. E aquelas que enfrentam um nível tal de *stress* para conseguir condições médicas adequadas ao parto que simplesmente não dispõem da paz que possibilita ao leite verter. Há crianças que nascem bem antes do tempo, são muito pequenas e suas feições e estado geral contrariam a expectativa de suas mães, que aguardavam por um bebê *lindo*. Elas não conseguem, ao menos de imediato, estabelecer com aquela criança um vínculo que possa desencadear sua produção de leite. Há também os bebês com lábio leporino, que não dispõem de condições para sugar o leite materno. Existem as mães subnutridas, que mal se sustentam em pé. Existem as que foram abusadas por parentes ou por estranhos e não tiveram como evitar as crianças com as quais a mentalidade geral supõe que devam estabelecer vínculo de afeto. Algumas mulheres retiram seios e glândulas mamárias para prevenir o câncer hereditário. Volta e meia, todos os bebês choram ou podem chorar a toda hora. Podem não deixar seus pais dormirem direito durante meses. Parentes próximos e amigos se preocupam com aquele choro insistente ou com a magreza da criança ou com o cansaço exagerado de seus pais, imaginando que algum problema esteja ocorrendo, como talvez a "fraqueza" ou "insuficiência" de leite na amamentação. Muitas mães também precisam se ausentar por um período, curto ou longo, como acontece com o retorno ao trabalho depois de alguns meses de licença-maternidade. O que fazer, então? O que fazer durante uma viagem, um compro-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

misso social, um congestionamento de trânsito que adia a chegada da mãe por muitas horas?

Para estas e outras incontáveis situações existem os leites artificiais e o meio de administrá-los às crianças, a mamadeira. A prática de alimentar bebês artificialmente é largamente empregada em muitos lugares do mundo, há muito tempo. Seria mesmo estranho que a diversidade e o nível de complexidade das situações descritas não desencadeassem o desenvolvimento de alternativas para a amamentação por uma sociedade inteligente, inventiva e produtiva. O problema reside no quão adequada e eficaz vem demonstrando ser a alternativa criada e no grau de adesão que ela vem sendo capaz de suscitar na sociedade, apesar dos graves problemas e impactos que pode provocar.

2.1
Notas sobre as origens da alimentação de lactentes no mundo

Figura 1 . "Mamadeiras" antigas.

Registros arqueológicos indicam que a mamadeira assumiu, no decorrer de sua longa história, variadas configurações e níveis de complexidade formal, coerentes com as possibilidades materiais e técnicas de cada época e lugar. A presença de recipientes de barro ao lado de corpos de lactentes encontrados em sítios arqueológicos dos séculos V e VIII sugerem que os bebês gregos eram alimentados também por alternativos à amamentação[15]. Os chifres de animais, comumente utilizados durante a Idade Média como recipientes para armazenar líquidos, também eram empregados para a amamentação[16]. A longa presença do artefato na história da humanidade nos faz indagar sobre como e por que a capacidade da mulher em amamentar seus filhos ao seio passou a ser encarada como um problema, para o qual foi necessário buscar soluções artificiais alternativas.

As altas taxas de mortalidade de crianças de primeira infância costumam ser citadas pelos estudiosos da História Antiga, Medieval e Moderna. Dentre os diversos motivos para

[15] BOSI, M. L. M.; MACHADO, M. T. Amamentação: um resgate histórico. *Cadernos ESP*. Escola de Saúde Pública do Ceará, v. 1, n. 1, julho-dezembro de 2005, p. 3.
[16] "The history of baby feeding". Disponível em www.babybottle-museum.co.uk. Acesso em abril de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

o fenômeno, são apontadas doenças como a varíola, parcos procedimentos de higiene, medicina insipiente, guerras etc. (Ariès, 1981)

A inexistência de valorização social e moral do amor materno e familiar nas sociedades européias, até os séculos XVII e XVIII, constituía um argumento substancial para desobrigar as mulheres pertencentes às classes dominantes da amamentação de seus filhos. A tarefa era considerada "indigna para uma dama" (Ariès, 1981; Almeida, 1999), e essa conduta tendia a ser reproduzida pelas demais classes, desejosas de distinção social.

Segundo Bosi e Machado, há registros de que, do século XVI ao XVII, as mulheres inglesas saudáveis não amamentavam seus filhos:

> Embora o aleitamento fosse reconhecido como um regulador da nova gravidez, essas mulheres preferiam dar à luz de 12 a 20 bebês, do que amamentá-los. Elas acreditavam que a amamentação espoliava seus corpos e as tornava velhas antes do tempo, crença que parece sobreviver até os dias atuais […]. Existiam, ainda, as normas médicas e religiosas que iam de encontro a esse propósito, pois proibia-se a relação sexual durante o período da amamentação, que deveria ser de 18 a 24 meses, por entenderem que isso tornaria o leite mais fraco e com risco de envenenamento em caso de nova gravidez. (Bosi e Machado, 2005, p. 3-4)

As autoras prosseguem reportando que àquela época o colostro (leite materno produzido nos dois ou três primeiros dias após o parto) era considerado um leite ruim, a ser substituído por leite de animais, farinha e água.

O século XVI foi crucial para a disseminação dessa mentalidade européia para outros continentes e culturas, e é um importante dado para se entender os motivos que justificam a globalização do uso de "substitutos da mãe" em forma de *artefatos*[17]. Afinal, em um mundo que expandia seus horizontes com as Grandes Navegações, onde a noção de civilidade fazia contraste com o "primitivismo" das terras recém descobertas, e a moral religiosa — somada a interesses nacionalistas — capitaneava um processo de vulgarização da cultura popular, portar-se como um mamífero soava incoerente (Barbero, 2006, p. 135).

Foi com essa visão que os colonizadores chegaram às Américas. No caso do Brasil, eles delegaram às índias e depois às escravas a amamentação de seus filhos (Almeida, 1999, p. 30).

Na virada do século XVI para o XVII, o envio dos filhos para a casa de amas-de-leite tornou-se moda definitiva entre as famílias burguesas européias, ditando o comportamento no Brasil. No século seguinte essa tendência se espalharia por todas as camadas da

[17] Termo empregado por Almeida, 1999.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

sociedade urbana. Mas um expressivo número de óbitos infantis seria constatado naquele período, e as mortes das crianças associadas a doenças adquiridas pelas amas. Estas, a fim de não contaminarem os bebês, vieram a adotar o leite de vaca, oferecendo-o às crianças em chifres furados (citados anteriormente). Mas o recipiente não era estéril, não se sabia o quanto de água deveria ser misturado ao leite e nem havia segurança quanto ao nível de pureza dessa água.

Logo o advento da industrialização proporia uma evolução para o modo de administrar leite às crianças, o que, entretanto, não alterou o preocupante quadro. Produzida em larga escala nos anos de 1880, a mamadeira — popularmente apelidada *Mummies Darling* e orgulhosamente chamada *The National* — contribuiu para a conformação dos altos índices de mortalidade infantil da Inglaterra vitoriana, quando apenas duas em dez crianças conseguiam ultrapassar os dois anos de idade. Consta que tais produtos permitiam que bebês se alimentassem com certa autonomia, liberando suas mães para a realização de outros afazeres. Mas na imagem a seguir percebe-se que a tampa da garrafa de vidro era atravessada por uma espécie de canudo estreito "impossível de lavar", fazendo com que sua "higiene fosse frequentemente relegada ao ponto da não existência"[18].

Figura 2. A mamadeira vitoriana e a primeira mamadeira norte-americana, patenteada por Charles M. Windship em 1841.

O processo de urbanização, decorrente da economia industrial, viria revolucionar a economia e as relações sociais, trazendo expressiva contribuição ao tema *alimentação infantil*. Em 1867 iniciou-se a produção da *farinha láctea*, primeiro alimento artificial do mundo, segundo seu criador Henri Nestlé (Suíça). Em 1873 foram vendidas 50.000 caixas de alimentos de leite da Nestlé na Europa, Estados Unidos, Argentina, México e Índias Neerlandesas e, a partir da abertura de mercado, outras companhias foram criadas. Novos modelos de mamadeiras resultaram da invenção da borracha vulcanizada (1840), que possibilitaria o surgimento de bicos elasticamente ajustáveis aos recipientes de vidro.

[18] De acordo com o artigo "The not so friendly bottle". Disponível em www.babybottle-museum.co.uk/murder.htm. Acesso em abril de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Ao longo do século XIX, a mamadeira se tornou um dos símbolos sociais de modernidade e urbanismo, embora o paradigma higienista recomendasse a amamentação pelas próprias mães, como forma de garantir saúde àqueles que futuramente defenderiam a soberania dos Estados. A saber, o paradigma higienista na ciência derivou do movimento sanitarista que se fez imperioso por ocasião do fenômeno de crescimento das cidades a partir de meados do século XIX. Grandes contingentes populacionais se concentravam em espaços desprovidos de infra-estrutura, invocando a criação de "métodos sociais e ambientais objetivando a remodelação e o saneamento das cidades, e a transmissão de normas higiênicas" às suas populações[19]. O modelo higienista era produto direto de uma aliança entre a medicina (em sua busca por projeção nas ciências) e os Estados, encarregados pela instituição de sistemas de controle das populações: medicalização das ações políticas e reconhecimento do valor político das ações médicas (Almeida, 1999, p. 32). O modelo assumia, porém, caráter vertical e paternalista devido à ausência ou fragilidade de ambientes democráticos nos locais onde foi implementado, como pode ilustrar o trecho a seguir sobre o caso brasileiro, dirigido a D. Pedro de Alcântara e D. Carolina Josefa Leopoldina pelo cirurgião Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, em 1820:

Figura 3. Embalagem original da farinha láctea e publicidade francesa dos "Biberons Robert Sans Tube", com bicos de borracha vulcanizada.

> As crianças [amamentadas por amas mercenárias ou escravas] são vítimas de moléstias venéreas, bobáticas e de certas disposições patológicas que lhes transmitem as amas infectadas, as quais sempre que podem ocultam semelhantes males para não perderem tal ou qual interesse; não sendo, aliás, capazes de se sacrificarem a um tratamento conveniente, seja para se curarem, seja para remediar qualquer incômodo que aconteça aos meninos quando mereçam a atenção médica. O que se deve esperar do aleitamento mercenário, feito mormente por pretas, sendo escravas o maior número delas? É impossível que essa casta de gente, quase sem religião e sem moral, oprimida e excitada a cada momento pela ideia de cativeiro, e capaz de todas as sortes de artifício, empregue todo o desvelo e carinho na criação dos meninos de que se encarregam, acudindo-lhes pontualmente nas suas precisões; que mostrem íntima satisfação em os amamentarem e que não dêem provas de quererem ver-se livres do aleitamento para se entregarem cegamente às suas paixões. (Silva e Peixoto, 2008, p. 112-113)

[19] De acordo com SANTOS, Jair Lício Ferreira e WESTPHAL, Marcia Faria, *Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade*, São Paulo, 1999. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103...script... Acesso em maio de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Assim, a medicina higienista condenava o aluguel de amas de leite escravas ou mercenárias e delegava às mães a responsabilidade integral pela saúde de seus filhos por intermédio da amamentação como conduta obrigatória. Ocorre que tal medida enfatizava o aleitamento como atributo meramente biológico, desprezando, como fala Almeida, condicionantes culturais específicos à espécie humana que, diferentemente de outros grupos mamíferos, incluem a ambigüidade entre *querer* e *poder amamentar*.

As escolas higienistas francesa e alemã, tomadas como modelo em várias partes do mundo, regulamentavam horários para o aleitamento, recomendavam o esvaziamento dos dois seios, condenavam a administração de água com açúcar aos bebês (a ser substituída pela chupeta para acalmar as crianças) e impunham dietas alimentares para as mulheres. A restrição à prática do sexo persistia, sob o atenuante de que a mulher poderia "gozar" sexualmente ao amamentar. Segue o entendimento da época sobre o que hoje se sabe ser um estímulo neurológico:

> A mãe que cria sente correr com delícia o leite através dos canais que o devem levar à boca de seu filho; ela tem muitas vezes erotismo, voluptuosidade: basta somente que lhe estenda os tenros bracinhos para que seus seios se ingurgitem e que o leite seja ejaculado com força. (Costa, 1983, p. 263-264 apud Almeida, 1999, p. 34)

Mas como muitas mães, apesar dos esforços e orientações, não conseguiam levar a termo a amamentação, acabando por desmamar seus filhos, os higienistas, segundo Almeida, fundaram uma figura biológica: o "leite fraco", como uma exceção reconhecida oficialmente. Deste modo o paradigma manter-se-ia imaculado, apesar das evidências de sua falibilidade.

Com o advento da produção industrial de alimentos infantis, a prescrição de leite em pó (sempre que as mães relatavam alguma insegurança com relação ao aleitamento) ampliou o conjunto de exce-

Figura 4. Anúncios europeus antigos de leites artificiais e mamadeiras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

ções reconhecidas pela classe médica. As imagens a seguir ilustram o quanto a alimentação artificial de bebês por mamadeira se tornou uma conduta corrente em muitos países, criando mesmo uma cultura que passou a associar a infância ao consumo e posse desses produtos.

Em 1968, entretanto, o impacto causado pelo marketing das indústrias sobre a saúde das crianças viria a ser definido como "desnutrição comerciogênica" pelo Dr. Derrick Jelliffe, como veremos adiante (Almeida, 1999).

2.2
Notas sobre as origens da alimentação de lactentes no Brasil

Quando Pero Vaz de Caminha descreveu ao rei de Portugal o hábito das índias do "novo mundo", que andam "com um menino ou menina ao colo, atado com um pano (não sei de quê) aos peitos" (Almeida, 1999, p, 28), foi demonstrado o estranhamento da cultura "civilizada" em relação à prática do aleitamento materno, àquela época já proscrita na Europa. Relatos dos séculos XVI e XVII contam que os filhos das índias tupinambás eram amamentados por cerca de um ano e meio, mantidos sempre junto às mães, mesmo durante o trabalho nas roças, por intermédio das *typoias*. Caso o bebê fosse amamentado por outra índia, a mãe não sossegava "enquanto a criança não colocasse para fora todo o leite estranho" (Bosi e Machado, 2005, p. 4).

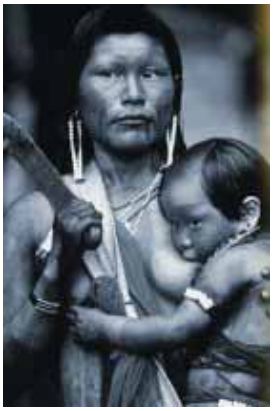


Figura 5. Imagem ilustrativa da maneira indígena de carregar/alimentar bebês.

Figura 6. Textos de anúncios publicados no *Jornal do Commercio*, RJ, em 1850: "Aluga-se uma preta para ama-de-leite, parida há 7 dias, com muito bom leite." "Vende-se uma preta, moça, com bom leite, com filho ou sem elle, que tem dous meses." (Almeida, 1999, p. 30-31)

Em Lisboa, o aleitamento mercenário era corriqueiro. No Brasil, como já foi dito, as famílias mais abastadas consideravam a amamentação *tarefa indigna para uma dama* (Almeida, 1999, p. 30) e a princípio entregavam suas crianças aos seios de índias, que foram depois substituídas pelos de escravas. Os senhores apartavam essas mulheres dos filhos delas em favor do aleitamento dos bebês brancos. A aquisição de negras para aluguel como amas-de-leite mostrou-se para muitos senhores de escravos uma prática comercial tão ou mais rentável do que o plantio do café, balizando um comportamento social de elite copiado pelas camadas menos privilegiadas da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

população, como ocorria também na Europa.

No século XVIII, houve um expressivo aumento demográfico nos centros portuários, dobrando ou quadruplicando sua população. Os bebês eram alimentados pelo leite das amas e por leite de vaca com carboidratos. Mamadeiras de vidro com bicos de borracha também eram empregadas — e as doenças e mortes infantis eram interpretadas por muitos médicos da época como decorrentes de "miasmas atmosféricos".

Naquele período a morte de bebês era aceita como fato comum pela sociedade brasileira. Acreditava-se que as crianças se convertiam em anjos, o que representava uma "bênção do céu". Assim, segundo Bosi e Machado, as mortes eram anunciadas festivamente em rituais com influência africana, escandalizando as autoridades religiosas. Justificadas desta forma estavam a gravidez indesejada burguesa e o abandono de crianças pelas escravas "por falta de condições para criá-las". Muitos desses bebês eram encaminhados à "Roda dos Expostos", dispositivo importado de Portugal por Salvador, Recife e Rio de Janeiro, que consistia de um cilindro entre a rua e o interior da Santa Casa de Misericórdia. Ali, a qualquer hora, "qualquer um, furtivamente ou não, podia deixar um pequerrucho no cilindro sem ser notado ou muito menos incomodado" (Bosi e Machado, 2005, p. 4). A roda era largamente utilizada pelos donos de amas-de-leite para liberar essas mulheres de seus próprios rebentos, como ilustra o trecho de 1873:

> Há entre os senhores das escravas um método horrível e que influi extraordinariamente sobre o moral das escravas, tornando assim o seu leite nocivo às crianças, isto é, mandar pôr na roda os filhos desta, para assim recuperarem melhor seu aluguel. (...) Este fato, que à primeira vista parece pouco importante, influi de tal modo sobre o moral da escrava, que a torna inapta a aleitar outra criança (Neves, 1873 apud Costa, 1983, p. 38, in Almeida, 1999: 34).

A chegada da família real ao Brasil, em 1808, e a movimentação política que a acompanhou já começavam a promover a reversão deste quadro. O Estado e a medicina firmaram uma aliança em prol da edificação do sentido premente de *Nação*, na qual a vida das crianças da elite assumiria importância prioritária — com isso, o já citado paradigma higienista transformou o escravo "de animal útil ao patrimônio, em animal nocivo à saúde" (Costa, J. F. apud Almeida, 1999, p. 33), condenando as amas-de-leite e entregando às mulheres brancas a total responsabilidade pela saúde de seus filhos.

Figura 7. A Roda dos Expostos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

> Em 1838, foi apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a primeira tese sobre aleitamento materno desenvolvida no Brasil, com o título *A Utilidade do Aleitamento Maternal e os Inconvenientes que Resultão do Desprezo deste Dever*. Seu autor, Agostinho José Ferreira Bretas, dissertava, à luz dos paradigmas da medicina higienista, sobre a superioridade do aleitamento materno e os riscos a que são submetidas as crianças privadas do seio da mãe. Utilidade, inconvenientes, desprezo e dever: núcleos de sentido que revelam, quase emblematicamente, o cerne da filosofia em que se pautava a catequese higienista. A transferência de responsabilidades, aliada à culpabilidade materna, constituíam os dois principais instrumentos da medicina social recém-fundada no Brasil (Almeida, 1999, p. 34-35).

Bretas (apud Almeida, 1999, p. 35) louvava aos povos de costumes puros (indígenas); sublinhava a amamentação como obrigação natural da mulher e dever sagrado de mãe; valorizava as ações de promoção da saúde propagadas pelo movimento higienista europeu; invocava o valor mágico do leite, "capaz de transmitir a pureza dos costumes e a força da constituição, o perigo moral da criação de crianças por amas; e a condenação da ama negra".

A figura do "leite fraco", sem fragilizar a filosofia médica pregada, veio a justificar "biologicamente" o fenômeno de mães que alegavam motivos para não amamentar seus filhos. Mas, como aponta Almeida, a simples promoção do aleitamento não era suficiente. Seria necessário apoiar as mulheres na consecução desse objetivo:

> Os higienistas atuavam francamente como promotores do aleitamento materno, construindo socialmente o fator biológico em favor do progresso da amamentação. Porém, para transformar a mãe em nutriz, não bastava promover, havia que apoiar. A mulher certamente precisava ser ouvida, muito mais do que ouvir, pois, por mais que o determinismo biológico fosse inerente à espécie, faltava-lhe o condicionamento cultural favorável. (p. 37)

Com a proclamação da República, em 1889, a educação foi eleita como pedra fundamental para a efetivação do ideal "ordem e progresso". A mulher era o esteio dessa ideologia, devendo tornar-se prendada e letrada para dar conta de sua função educativa no lar. O fim da escravidão formal atribuiu importância política e econômica ao aleitamento e conduziu o Estado a voltar a atenção, pela primeira vez, para a criança pobre, futura mão-de-obra produtiva exportadora do país. Mas uma crescente inserção da mulher pobre no mercado de trabalho atrapalharia esses planos. Então uma nova ama-de-leite, não mais escrava, mas pobre e mercenária, de saúde muitas vezes precária, constituiria um recurso relevante para a sociedade, sem, no entanto, merecer os cuidados da medicina. Sua saúde começou a ser regulada apenas a partir de 1901, na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião de iniciativa de Moncorvo Filho, que fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (p. 38).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

A mudança operada na economia brasileira em inícios do século XX, propiciadora da passagem do sistema de produção agro-exportador para o urbano-industrial, provocou a ascensão da burguesia, marcando o desenvolvimento da sociedade de consumo, para a qual a mamadeira tornou-se um dos símbolos de modernidade e urbanismo. Em 1912 chegavam ao Brasil as primeiras remessas de leite condensado e farinha láctea da Suíça (Nestlé), promovendo a mamadeira de leite industrializado como alternativa para o "leite fraco", denominado cientificamente *hipogalactia*, agora uma "patologia" institucionalizada (p. 39).

> Um petiz sadio... um pae feliz... À Cia. Nestlé tenho o prazer de offerecer a photographia de meu filho Georges Ohnet, criado desde o nascimento com o excellente leite em pó 'Nestogeno', a quem deve ele saúde e robustez. Ohnet Ponty
>
> O conhecidíssimo leite em pó Nestogeno já não é mais um produto de importação e sujeito, portanto, a flutuações de preços e a faltas no mercado. A mesma fórmula que tem feito o prestígio do Nestogeno entre os médicos pediatras do mundo inteiro e os mesmos apurados processos de fabrico seguidos nas usinas Nestlé da Suíça são adoptados em Araras, Estado de São Paulo, onde a Companhia Nestlé produz o Nestogeno nacional.
>
> O NESTOGENO é um leite meio gordo (contém 12 % de gordura) e por isso sobejamente recommendado como o mais benéfico, na falta do leite materno. Tão puro como o similar importado, o Nestogeno nacional tem as vantagens de ser sempre mais novo e mais barato: cada lata custa apenas 5$000.[20]

Figura 8. Anúncio Nestlé

O ano de 1921 demarcou o início das atividades da Nestlé em território nacional. A seguir, vieram as campanhas promocionais, a difusão de informações científicas e a monopolização do saber médico. A indústria envolveu-se em todas as esferas relacionadas com o desempenho profissional dos trabalhadores da saúde[21]. Essa estratégia de marketing foi se intensificando a partir dos anos de 1940, tal a reciprocidade de interesses entre a indústria e a classe médica: enquanto a primeira expandia seus lucros, a segunda realizava a aquisição e manutenção de sua autoridade perante seus pacientes, vencendo a influência de leigos e parteiras.

[20] Peça publicitária em *A Cigarra*. Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro S.A., 1933.

[21] A empresa ligou seu nome a serviços assistenciais dos hospitais-escola, reuniões científicas, patrocínio a cursos de atualização e congressos, contribuição para o sustento econômico das revistas científicas com permanente publicação de anúncios, contato individual de seus representantes com a classe médica para fornecimento de amostras grátis, folhetos de alta qualidade gráfica e variados brindes (Goldenberg, 1989, p. 122).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Confiança. Nos encontros que se verificam num consultório médico, entre Mãe e Pediatra há um sentimento mais profundo e mais natural do que a simples necessidade de controlar o desenvolvimento do bebê.

Entre ambos já se concretizou, antes da consulta, aquele elo indissolúvel e indispensável à nobre missão de medicar as criancinhas.

É a confiança. Da mãe que sente no médico, ao consultá-lo, a decisiva segurança na vida de seu filho. Do pediatra que ao prescrever esta ou aquela medicação, este ou aquele alimento, sabe que será fielmente cumprido o que por ele for prescrito, No mundo inteiro, este fenômeno se repete, diàriamente, milhares de vezes, e é bem alta e significativa a percentagem das mães que beneficiaram os seus filhos com a confiança que o pediatra depositou nos produtos.[22]

Figura 9. Anúncio Nestlé

Figura 10. Cartaz Nestlé "O tesouro das mães".

Complementarmente ao cenário descrito, iniciara-se a implantação da assistência materno-infantil pelo Estado, resultante da fundação, por Getúlio Vargas (1944-45), do Departamento Nacional da Criança, inaugurando um programa nacional de distribuição gratuita de leite às populações de baixa renda[23]. O programa abriu caminho para "o lançamento da proposta publicitária de extensão da utilização dos leites em pó para crianças sadias e também como preventivo de distúrbios gastrointestinais" nos bebês. Segundo Goldberg, aos poucos a indústria começou a sugerir que os leites em pó "poderiam ser ministrados desde o momento da secção do cordão umbilical", exaltando o elevado teor de proteínas do produto, vitaminas e nutrientes adicionados, "numa alusão de que o leite em pó não só poderia substituir o leite materno como até apresentaria van-

Figura 11. É interessante notar que o crescimento das atividades assistenciais da Nestlé se fizeram representar graficamente por frascos de mamadeiras. Além disso, no aniversário do IV Centenário da cidade de São Paulo, se exaltou o aumento da distribuição de latas de leite em pó, que teria passado de 198.654 unidades para 733.141, no período de 1950 a 1973 (Boletim do DEC, São Paulo, 1954, in Goldberg, p. 132).

[22] Peça publicitária da Nestlé da década de 1940 publicada na *Revista Brasileira de Medicina*. São Paulo, Moreira J. R. Editora, 1948.
[23] A iniciativa teve o apoio da Legião Brasileira de Assistência – LBA.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

tagens" (Goldberg, 1989, p. 116-121).

Ainda segundo a autora, a alimentação infantil nos primeiros meses de vida deixou de ser competência das mães para tornar-se tarefa de controle médico, mesmo em situações de normalidade. Programas materno-infantis promoviam, em colaboração com a indústria, o funcionamento de lactários em instituições de saúde para treinamento de mães no preparo de mamadeiras com leite em pó ali distribuído. Era omitida a orientação sobre aleitamento durante a permanência da mulher na maternidade. Ao invés disso, um álbum do fabricante de leite era distribuído, "para registro do desenvolvimento da criança, com informações de alerta quanto à quantidade de leite materno, existência de um substituto e necessidade de recorrer ao médico para controle da dieta da criança" (p. 133-134).

O texto a seguir, publicado no *Boletim do Departamento Estadual da Criança*, SP, 1954, demonstra o quanto a cultura dos leites artificiais e das mamadeiras foi abraçada pelo Estado e pelas políticas médico-sociais:

> Torna-se mais verdadeira, ainda, entre nós de São Paulo, esta verdade que os norte-americanos defendem: o dinheiro aplicado na defesa da criança dá ao Estado lucros simplesmente fabulosos... [...] Não nos arrependeremos jamais de ter antes procurado – sim, procurado! Nas choças, nos barracos, nas malocas, a criança que deveria ser recuperada como valor social e valor econômico neste verdadeiro redescobrimento do Brasil... Com a primeira mamadeira se informa um cidadão. (Goldberg, 1989, p. 144-145)

Figura 12. Capa de álbum distribuído às mães em maternidades: www.nestle.com.br.

A referência aos norte-americanos prenunciava uma estratégia. Nos anos de 1960, temendo influências comunistas emanadas de Cuba sobre a América Latina, o governo norte-americano (à época com John Kennedy na Presidência) lançou o programa "Aliança para o Progresso" junto a organizações internacionais, países europeus e empresas privadas, com o discurso de promoção do desenvolvimento econômico por intermédio de doação de alimentos (queijo, manteiga, leite em pó) a populações carentes, num investimento de U$ 20 milhões. O depoimento postado na Internet pelo Sr. Joaquim Alves, em testemunho no **site Yahoo Brasil Grupos** sobre o que à época tratou-se de um evento inusitado, ilustra como a "ajuda" foi recebida no interior de Pernambuco:

Figura 13. Criança brasileira diante de lata de manteiga do programa "Aliança para o Progresso".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

> Em Iguaí, a distribuição deve ter sido farta, pois meu pai conseguia trazer para casa várias latas daquelas, embora não estivesse cadastrado como família necessitada. Talvez fosse pela amizade com o prefeito, talvez fosse pela fartura da quantidade a ser distribuída. O fato é que eu ouvia de toda parte, que todos haviam recebido generosas porções. E nós, crianças, comíamos [o leite em pó] puro. De punhado pego com as mãos e jogado para dentro da boca, como faz o povo simples da roça para comer farinha. Descobri recentemente [...] que aqueles alimentos foram usados como arma de propaganda contra uma eventual formação de grupos de guerrilhas no Nordeste brasileiro, pois o serviço de inteligência americano, a CIA, detectava indícios dessa possibilidade, principalmente nas zonas rurais, notadamente em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião. O governo Arraes seria outra ameaça. E eles enxergavam no Nordeste um potencial econômico que a elite industrializada do sul do país, não conseguia visualizar. E a imprensa sulista pouca importância deu à investida americana na região, achando, segundo a reportagem [consultada], que aquilo se devia de fato ao subdesenvolvimento da região que pouco teria a contribuir para a riqueza nacional.[24]

A estrutura de disseminação do leite em pó estava solidamente montada: maternidades, médicos, anúncios em revistas científicas e leigas, apoio estatal. A partir dos anos de 1970, a televisão e o rádio seriam veículos de grande alcance para a promoção dos produtos. De 1970 a 1977, a Nestlé obteve um aumento em sua produção de leite integral de 42 para cerca de 50 toneladas e de seis para 26 toneladas de leites modificados. A Revista Exame condecora a indústria como a de melhor desempenho econômico em 1979, ano em que 50% da produção de leite *in natura* do estado de São Paulo foram comprados pela Nestlé, acarretando uma crise de abastecimento (Goldberg, 1989).

O leite em pó e a mamadeira haviam alcançado lugar cativo na vida das pessoas, assumido papel de destaque na economia e se tornado instrumento em estratégias de cunho político/ideológico.

Cabe, neste momento, por importante ao entendimento do contexto, uma aproximação em relação às estruturas que viabilizaram esse cenário.

2.3
O papel dos bens de consumo na organização da sociedade capitalista

O cenário atual dos bens de consumo, matéria do design, resulta da história política, econômica e social, gerando consequências em todos esses planos, num *moto continuum*. Essas áreas estruturais serão abordadas agora para ampliar e aprofundar a reflexão acerca do quadro produtivo que inclui os leites artificiais e as mamadeiras — assim como muitos

[24] Conferir em br.groups.yahoo.com/group/iguai/message/7183. Acessado em junho de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

outros produtos merecedores de reavaliação devido aos graves problemas que podem gerar —, de cuja concepção participam os designers.

Para tanto, o leitor é convidado a rumar temporariamente para um *posto de observação* mais alto e abrangente, de onde é possível visualizar os quadros políticos que propiciaram a lógica de consumo, fundada, em grande medida, pelas noções de progresso, desenvolvimento e liberdade disseminadas para a sociedade.

2.3.1
Os bens de consumo e as doutrinas político-econômicas

A revolução que o modo de produção industrial instaurou na relação das sociedades com os bens materiais derivou do fato de que a grande quantidade produzida pelas fábricas reduzia o custo unitário dos objetos. Fossem eles peças prioritárias ao dia-a-dia ou ornamentos, concentravam anteriormente em seu custo os altos valores dos processos artesanais, dentre os quais o tempo dedicado à sua elaboração, desde a criação até o resultado final. Com a industrialização, o uso de maquinário e a divisão de tarefas permitiram que os produtos se colocassem ao alcance financeiro das pessoas, independentemente de sua necessidade. Essa mudança de postura de consumo denotava a capacidade da indústria em gerar seu próprio mercado (Hobsbawm apud Denis, 2000, p. 20).

As ideias liberais lançadas por John Locke e Imanuel Kant se disseminaram pela Europa e respaldaram enormes mudanças em nível político (estado desvinculado do poder religioso), econômico (mercado independente das amarras do poder político) e social (emancipação do indivíduo e sua elevação ao posto de elemento fundamental da sociedade, do Estado e da economia) (Silva, 2003, p. 2).

Na medida em que o indivíduo produz bens para vendê-los a outros indivíduos, e deles consome também sua produção, dá-se o processo de dependência como célula geradora de um ambiente econômico fundado na propriedade, capaz de proporcionar a rede necessária à manutenção do Estado (Adam Smith apud Silva, 2003, p. 3). E seria a igualdade de direito à propriedade a base para a liberdade.

Porém, se a noção de liberdade envolve alargamento de fronteiras, pressupõe necessariamente a demarcação de outras áreas, no sentido de não inviabilizar o movimento de expansão daqueles vetores. Ao Estado cabia então o papel de preservar o livre mercado, fornecendo à sociedade defesa contra a violência ou invasão estrangeira, proteção contra a injustiça e a opressão (leis) e a responsabilidade por gerir tudo aquilo que não interessasse ao âmbi-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

to privado pelo fato de não produzir lucro (Rosavalon apud Silva, 2003, p. 3). A suposição do liberalismo político era de que o bem-estar de todos resultaria naturalmente do respeito e incentivo a tal engendramento sócio-econômico. Mas, como sinalizou Michael Walzer, um fenômeno de separação afastava a sociedade civil da comunidade política, propiciando o aparecimento "das esferas da competência econômica e a livre empresa, a do mercado de bens, a do trabalho e a do capital":

> [...] os compradores e vendedores de bens são completamente livres para entenderem-se como melhor lhes pareça para comprar ou vender qualquer coisa e ao preço que fixem em comum acordo, sem interferência de nenhum funcionário público. Não se estabelece um preço justo, ou pelo menos não existe nenhum regulamento que fixe esse preço justo, do mesmo modo que tampouco existem leis ou restrições relacionadas com a usura nem normas de qualidade ou segurança, nem salários mínimos, etc. (Walzer, 2001, p. 95)

Como observa Isahiah Berlin, liberdade "é um termo poroso, como felicidade, bondade ou realidade" (Berlin, 2002, p. 228), impossível de ser traduzido em um só significado, principalmente quando lançado no cenário empírico da produção e do consumo industrial, cujas matérias-primas contavam uma história de exploração e opressão.

Denis aponta que a indústria têxtil foi a primeira a demonstrar seu potencial, aumentando em cerca de 5.000% a produção de tecidos de algodão entre o final do séc. XVI-II e meados do séc. XIX. Durante esse período, a Grã-Bretanha dominava o comércio exterior tanto por sua preponderância naval quanto pelo bloqueio que impusera aos países do continente europeu por ocasião das guerras napoleônicas.

> Gerou-se assim um ciclo, em que tecidos, chás e louças compradas na China e na Índia eram trocados por escravos na África, usados para plantar algodão barato nos Estados Unidos e no Brasil, o qual era utilizado pela indústria britânica para fabricar tecidos que, por sua vez, eram exportados para todos esses lugares, gerando a cada etapa novos lucros para os intermediários. (Denis, 2000, p. 21)

O autor sinaliza ainda que a cidade de Manchester, que concentrava a maior parte das indústrias de tecidos, era bem próxima a Liverpool, porto central de comércio de escravos.

Diante de tais elementos, cabe uma primeira reflexão acerca do custo social e humano embutido naqueles (desde então) acessíveis cortes de tecido. Seu aspecto e qualidade para compor vestimentas não transpareciam a opressão a que os escravos eram submetidos nem aquela imposta aos operários das fábricas, como tampouco a complexidade das políticas naval e colonial. Os bens materiais sempre pareceram providos de inocência, talvez porque apenas comecem a existir para nós depois de adquiridos e recontextualizados em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

nosso universo individual, transformando-se em uniformes escolares ou em belos vestidos para congraçamentos familiares. Além disso, muitas coisas aconteciam distante do olhar e do saber dos membros da sociedade consumidora, para quem a escravatura não representava uma novidade ou necessariamente um absurdo.

Foi nesse cenário que surgiu a indústria das máquinas de costura nos Estados Unidos (Wheller and Wilson – 1856), baseada nos métodos de produção de armas de fogo (com peças padronizadas que poderiam ser trocadas na eventualidade de um defeito, e tecnologia de perfuração e torneamento de peças metálicas). Os processos empregados não eram inteiramente industriais, pois além de quase todas as peças necessitarem de acabamento manual, partes do processo de fabricação eram realizadas à mão (processo europeu).

Figura 14. Máquina de costura projetada por Isaac Singer, em 1850.

Figura 15. Modelo com pedal. 1859.

A Singer despontou em 1867 como sua maior concorrente, alcançando, em 1880, a produção de 500 mil máquinas por ano. Ela representa até hoje a marca que fixou na memória de muitas gerações um fazer artesanal de roupas, viabilizando a produção manufatureira doméstica a partir de elementos industrializados: a máquina de costura e o tecido. Assim, a exploração de negros e operários produzia paradoxalmente a liberdade de confeccionarem-se vestimentas num processo mais racionalizado, para vestir a família ou abrir confecções que geravam renda, emprego, inclusão e paz social. O custo do processo ficou invisível — cultural e objetivamente, “pespontado” pelo padrão florido do tecido, do qual ninguém mais cogitaria em abrir mão.

Paralelamente ao crescimento do sistema industrial surgiam, no entanto, firmes argumentações sobre as injustiças cometidas contra os trabalhadores fabris e a assimetria social resultante de todo o sistema:

> […] em 1848 saiu publicado o livro de F. Engels sobre a ‘Situação da classe operária na Inglaterra’ e, no mesmo ano, o Manifesto Comunista de K. Marx e F. Engels conclamou os proletários de todos os países a unir seus esforços para romper as cadeias de exploração capitalista na luta pela conquista dos direitos humanos. (Rattner, 2002, p. 2)

Sindicatos, partidos socialistas e social-democratas começaram a fazer frente ao sistema de exploração capitalista a partir de meados do séc. XIX, sendo, no entanto, desmobi-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

lizados em grande medida pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando o sentimento nacionalista monopolizou as atenções, excetuando-se, dentre outros, o movimento bolchevique, vitorioso, em 1917, com a Revolução Russa.

As críticas de Marx ao sistema capitalista desvelaram, em meio ao ambiente progressista industrial, a realidade de violência social e de exploração imposta aos trabalhadores, apontando a urgência de uma mudança radical de paradigma, contra a correnteza capitalista e em favor da sociedade.

A repercussão do ideário comunista provocou reações violentas em vários países da Europa (Hungria, Alemanha, Espanha). A crise de 1929 corroeu a economia mundial, gerando desemprego generalizado, o que, no caso alemão, traduziu-se na adesão maciça de trabalhadores ao Partido Nacional Socialista, o partido nazista, que desencadeou a Segunda Guerra Mundial.

> A reconstrução da Europa pelo Plano Marshall e a eclosão da Guerra Fria iniciaram um processo de perda de prestígio e de votos para os PCs e criaram condições para o ressurgimento dos partidos social democratas e socialistas como representantes dos trabalhadores, nos países da Europa Ocidental, na luta por uma distribuição mais eqüitativa do produto dos "milagres econômicos". (Rattner, 2002, p. 4)

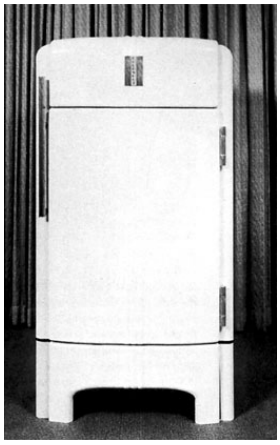
Mesmo quando não tomadas integralmente como modelo, tais ideias sinalizavam a necessidade de retorno do Estado ao controle das rédeas do mercado e de guardião de uma ética social, a fim de impedir que as recentes conquistas econômicas caíssem por terra, ou seja, assumindo a função intervencionista sobre o mercado, em prol do bem-estar social.

Um dos frutos da indústria que trouxeram melhora definitiva para a qualidade de vida da sociedade foi a geladeira. Antes dela, procurava-se estender as boas condições dos alimentos salgando-se ou defumando-se carnes e peixes e conservando frutas em açúcar. Os ricos mandavam trazer de longe blocos de gelo e neve e os guardavam em imensas caixas recheadas com palha (quarto de refrigerar), enquanto os menos abastados mergulhavam sacos cheios de alimentos em rios e lagos durante a noite. Graças à descoberta do gás freón, o CFC (anos 30), considerado uma obra-prima da engenharia industrial, foi possível reunir as condições necessárias para a concepção de um compartimento refrigerado para uso doméstico que, diferentemente dos tecidos de algodão, escondiam um fato que apenas foi constatado publicamente pela ciência 60 anos depois: o CFC era um dos maiores responsáveis pela destruição da camada de Ozônio.

Também destruidora, a médio e longo prazo, foi a política inaugurada pelos Estados Unidos como forma de manter o ritmo da produção industrial no período entre guerras, em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

plena crise econômica, sem agravar ainda mais os índices de desemprego: a "obsolescência programada". Alguns designers da época, como Raymond Loewy, tentavam trabalhar no sentido de agregar o aspecto primoroso dos produtos a um aumento de sua eficiência operacional, considerando inútil a especulação da forma. Também a reflexão acerca de uma adaptação dos operários às máquinas industriais e dos consumidores aos produtos no momento do uso marcaram a chegada da ergonomia como ferramenta do design, pelas ideias de Henry Dreifus.



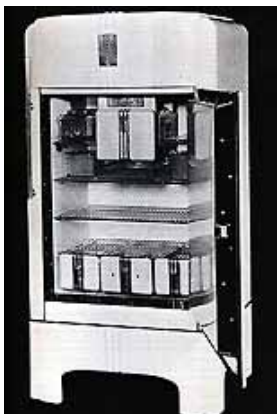


Figura 16. Geladeira Coldsport, projetada para a Sears, por Raymond Loewy, 1935.

Um pouco antes da revelação do poder de destruição do CFC, a grande crise mundial de 1973 levou os países expoentes do modelo capitalista a caírem em grave depressão (altas taxas de inflação e diminuição das taxas de crescimento). Abriu-se assim um terreno fértil para a ascensão do modelo neoliberal, que já rondava o cenário econômico, "inconformado" com o poder excessivo concedido democraticamente aos sindicatos e ao movimento operário e também com o fenômeno de corrosão das bases de acumulação de capital que deles resultava[25] (Perry Anderson apud Dias, 1997, p. 7).

Friedrich Hayek foi o mentor da doutrina neoliberal, que desde 1944 havia sido defendida em seu texto "O caminho da servidão", onde atacava frontalmente a ideia de qualquer função intervencionista do Estado, defendendo a independência integral das regras de mercado que, caso contrariadas, configurariam uma perda irremediável de liberdade. A conduta do jogo econômico seria justa, independente dos resultados que provocasse; a liberdade consistiria no perseguimento individual de objetivos, à revelia de um saber acerca dos objetivos de outrem, já que a coesão social derivaria dos frutos das relações econômicas; a justiça residiria em normas de conduta que prestigiassem o êxito, e não meros resultados. Em síntese, a espontaneidade das relações econômicas estaria isenta do jugo da moralidade, apartando-se de qualquer vinculação com a noção de justiça, constituindo-se a solidariedade em um "instinto primitivo" e refreador dos fluxos libertários da economia[26].

[25] Tratava-se de reivindicações tanto salariais quanto de aumento de gastos sociais.

[26] Anotações de aula. Seminário "A vertente neoliberal ou a utopia conservadora da sociedade de mercado", apresentado por Daniel de Aragão e Pedro Tarrisse, disciplina "Teoria Política Contemporânea", PUC-Rio, 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Para sair da crise, o Estado deveria concentrar-se em dissolver o poder dos sindicatos e cessar os gastos com bem-estar social. Assim os "índices naturais" de desemprego voltariam a existir, criando uma reserva de trabalhadores ávidos por qualquer oportunidade. Esses trabalhadores aceitavam remunerações que resultariam mais lucrativas para os empresários (Perry Anderson apud Dias, 1999, p. 7).

> Na década de noventa, quarenta países estavam sendo dirigidos por governos social-democratas ou por alianças dominadas pela "esquerda". Entretanto, revelaram-se impotentes para induzir mudanças sociais e econômicas face à pressão avassaladora da globalização econômica e militar e devido aos compromissos assumidos com os representantes do capital nacional e internacional. (Rattner, 2002, p. 5)

Com o advento das tecnologias da informação, o fenômeno de interligação mundial se expandiu vertiginosamente, globalizando a economia e intensificando, assim, a competição por mercados, mudando as feições do emprego. Segundo Peter Shweitzer, citado por Naomi Klein, "um produto é algo feito na fábrica; uma marca é algo comprado por um consumidor" (Klein, 2002, p. 219). Ou seja, visando a um valor final mais competitivo, as empresas passaram a concentrar seus gastos em uma política de marca diretamente voltada a angariar o desejo do consumidor[27] e eliminar ao máximo as preocupações com a "parte suja" do processo industrial, qual seja a fábrica, com máquinas que se desgastam, e com empregados que adoecem e acabam morrendo (Hector Liang, ex-diretor do Conselho United Biscuit, apud Klein, 2002, p. 220). Segundo Naomi Klein, em 1990,

Figura 17. Menina trabalhando na *sweatshop* da Nike e imagem da campanha da Adbusters contra a Nike. A Adbusters Media Foundation é uma organização não-governamental, com sede no Canadá, que se dedica a atacar as grandes corporações acessando as mesmas armas por elas utilizadas, visando a atingir as sociedades e culturas do mundo inteiro.

> Empresas que tradicionalmente ficavam satisfeitas com uma margem de 100 por cento entre o custo de fabricação e o preço no varejo têm atravessado o globo em busca de fábricas que possam fazer seus produtos a preços tão baixos que a margem fique mais próxima de 400 por cento. (...) Quando o processo de fabricação real é tão desvalorizado, logicamente é mais provável que as pessoas que fazem o trabalho de produção sejam tratadas como lixo – coisas das quais você pode se livrar. (Klein, 2002, p. 220-221)

[27] *Branding* é uma política de marketing voltada para a fixação emocional de marcas, calcada na exaltação de atitudes previamente cooptadas das tendências sociais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

A Nike foi a empresa que primeiramente apostou na gestão de marca, terceirizando sua produção e se desresponsabilizando pela força de trabalho empregada na confecção de seus produtos. A fim de reunir fundos suficientes para criar demandas de consumo através da política de *branding*, fechou uma fábrica na Califórnia e contratou fabricantes na Coréia do Sul. Seu exemplo foi seguido pela Adidas, que fechou fábricas na Alemanha e transferiu a produção para empresas asiáticas, economizando seu dinheiro para "cativar o coração de adolescentes globais": "Fechamos tudo. Mantivemos apenas uma pequena fábrica que é nosso centro de tecnologia global e é responsável por cerca de 1% da produção total", disse o porta-voz da Adidas, Peter Osanadi, sobre o que então passou-se a considerar uma mera "reorganização estratégica" (Klein, 2002, p. 222).

Quando anteriormente falamos aqui sobre o liberalismo e a indústria têxtil inglesa, citamos o trabalho escravo e a exploração do operariado. Marx partiu em defesa do operariado e a escravatura teve "fim" na passagem do séc. XIX para o séc. XX. Mas assim como o neoliberalismo resgatou a preponderância do mercado sobre o Estado, potencializando-a, parece ter ampliado também o conceito da escravatura (com sua leitura atravessada da ideia de liberdade), estendendo-o para quem quer que necessite de algum alimento para manter-se em pé. E existem com fartura casos assim no cenário contemporâneo neoliberal. Desta maneira, enquanto crianças dedicam-se a costurar pares de tênis em troca de frações de centavos, um jovem empresário, pertencente ao grupo daqueles "adolescentes globais", conquistado pela mensagem de encorajamento e "atitude" da empresa, tatua o logotipo da Nike em seu umbigo: "Acordo toda manhã, pulo para o chuveiro, olho para o símbolo e ele me sacode para o dia. É para me lembrar (...) de como tenho que agir, isto é, *Just do it*"[28]. Perturbador é o fato de que, diferentemente do cenário de informação pública do liberalismo, no qual os produtos guardavam sua inocência, a cena neoliberal edificou-se com o auxílio da democratização da informação proporcionada pelas tecnologias da comunicação, que disponibilizam fartamente dados que desnudam a correnteza das políticas de mercado — dados esses acessíveis exata e principalmente àqueles que dispõem de condições financeiras para consumir tais produtos.

À revelia de tudo isso, o tênis da Nike insiste em sua "inocência". Seus consumidores cativos argumentarão que ele é o mais confortável; que é caro, mas que seu preço "vale a pena"; que um par de tênis não pode portar em si toda a carga de responsabilidade pelas

[28] Empresário da internet de 24 anos, Carmine Colletion, sobre sua decisão de tatuar o logo da Nike em seu umbigo, dezembro de 1977 (Klein, 2002, p. 76).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

injustiças do mundo; que se formos pensar assim teremos que abrir mão de mais da metade dos produtos e sistemas que compõem nosso estilo de vida.

Parece mesmo que não se pode voltar atrás…

De volta ao universo feminino e a suas questões, de fato: com a praticidade das fraldas descartáveis, as mães libertaram-se de um tanque repleto de fraldas de tecido, difíceis de lavar, e, com a invenção do absorvente higiênico descartável, as mulheres libertaram-se dos transtornos e desconforto causados pelas regras mensais[29].

Diante de tudo o que vem acontecendo no mundo nos últimos anos, certeza maior do que "a de que não dá para voltar atrás" é a de que não dá para seguir em frente nos mesmos moldes, mesmo que estejamos cada vez mais atrelados às conquistas industriais e ocupados na luta pela sobrevivência, não podendo fugir de muitas regras opressivas de um sistema econômico e político que nos concede soberania para a tomada de decisão de consumo em lugar de cidadania (Stuart Hall apud Giddens, 2001, p. 21).

Embora o que até aqui foi brevemente exposto seja uma história de busca pela liberdade, no presente momento não se percebem posturas otimistas em relação à necessidade de mudança de mentalidade de consumo; elas no máximo são apenas sinalizadoras dos problemas que a liberdade proporcionada pela cultura industrial vem causando em muitos casos. Porém, a inocência pretensamente guardada (ainda) na superfície das coisas materiais não é suficiente para nos isentar do contato direto com quadros sociais e ambientais extremamente preocupantes, para não dizer deprimentes e imobilizadores.

Nessa atmosfera surgem ideias e atitudes que visam a contemporizar a inevitabilidade dos intensos fluxos econômicos, tentando resgatar nosso interesse pela sociedade e o meio ambiente, ambos em ritmo acelerado de depredação. Nesse sentido, a Terceira Via, a ser abordada a seguir, surgiu como proposta, provocando ora grande controvérsia, ora descrédito (por apresentar-se como uma alternativa a partir da realidade neoliberal instalada).

Segundo Norberto Bobbio, a Terceira Via se constituiria como uma síntese, e não como uma média entre a direita e a esquerda[30], ao que Stuart Hall rebate:

[29] A vida fértil de uma mulher corresponde ao tempo em que ela menstrua, cerca de 38 anos (dos 12 aos 50); se ela utilizar 10 absorventes higiênicos por mês, durante 456 meses (12 X 38), terão sido usados 4.560 absorventes — a seguir jogados no lixo. Em razão da poluição ambiental gerada apenas por esse produto, em todo o mundo vêm sendo concebidos absorventes reutilizáveis, como o *Abiosorvente*, desenvolvido por alunos e professores dos Departamentos de Geografia e Design da PUC-Rio. Mas cabe perguntar: de quantas mulheres é formado o grupo que optou por adotá-lo?

[30] Anotações de aula. Seminário Norberto Bobbio: "Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política". Disciplina "Teoria política contemporânea". PUC-Rio. 2006.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

> Na prática a política da terceira via foge do radicalismo, optando por uma posição de centro em qualquer questão. Defende uma "política sem adversários" e portanto termina por aceitar o mundo como ele é em vez de verdadeiramente procurar transformá-lo. (apud Giddens, 2001, p. 21)

Sugerindo ser possível a associação entre a solidariedade social e o dinamismo da economia, a Terceira Via deseja reviver os ideais do socialismo, propondo-se a reduzir as desigualdades e a valorizar a sociedade civil, reconhecendo a globalização. Ela busca condições sociais igualitárias e defende a igualdade de oportunidades, no que se aparenta ao neoliberalismo, priorizando, porém, o respeito ao pluralismo social e à diversidade de estilos de vida, numa crítica à social democracia (Giddens, 2001, p. 90).

Fatos graves relativos a tragédias ambientais, guerras e violações dos direitos humanos vêm, há longo tempo, provocando o engajamento de membros da sociedade civil em organizações independentes, como a Cruz Vermelha e a Anistia Internacional, cuja constituição foi motivada pelas conseqüências das guerras mundiais. O advento da rede mundial de computadores propiciou imenso incremento a essas relações, consolidando uma via para alcance de representatividade pela sociedade civil. Em 1999, durante o conflito do Kosovo, um debate sobre a política da Terceira Via reuniu líderes de países europeus com Bill Clinton em Washington. Durante o encontro, Winn Kok, então primeiro-ministro holandês, afirmou: "atualmente (...) não é suficiente que as pessoas sejam protegidas pelo governo: elas 'também devem sentir a urgência da responsabilidade' para que 'tenham direitos, mas também obrigações'". Narrando o acontecido, Anthony Giddens (p. 15) afirma que as mudanças sociais e tecnológicas devem acarretar nos governos a atitude de outorgar poderes.

Entretanto, a interligação da sociedade civil global, em sua diversidade cultural, desvelou uma identidade comum capaz de gerar movimentos políticos expressivos, denominados movimentos altermundialistas: a oposição à globalização neoliberal.

Seu marco inicial foi a Batalha de Seattle, em 1999, quando 40 mil manifestantes arregimentaram-se pela Internet e minaram a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Seguiram-se daí a prática de marcar presença em reuniões de países ou instituições representantes da política neoliberal e a inauguração de um fórum global para a sociedade civil, o Fórum Social Mundial, com encontros anuais sediados em países sistematicamente excluídos das grandes decisões econômicas, como Brasil, Índia, Venezuela, Mali e Paquistão.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Objetivando traduzir o ideário de uma agência da transformação social, o lema "Um outro mundo é possível" agrega a diversidade de posições e de opiniões e, portanto, não detém uma proposta única. Inova, entretanto, em considerar e absorver a reconfiguração do espaço social e as identidades desterritorializadas daí resultantes, dando voz a um manancial de modelos ousados e protegendo sua autonomia de manifestação.

A contar também pelo poder de arregimentação que tais movimentos puderam alcançar por ocasião da tentativa de interdição da guerra do Iraque, quando manifestações populares praticamente simultâneas lotaram as ruas de diversos países, há que se considerar ao menos dois méritos em seu favor: expressiva parcela da sociedade civil saiu da passividade a que estava condenada e encontra hoje veias por onde canalizar sua indignação; inicia-se um processo de deslegitimação de idéias até então vencedoras, como as que tantas vezes justificaram medidas políticas e econômicas de efeitos questionáveis em nome da liberdade[31].

Para tratar a questão da liberdade no âmbito da produção industrial, percebe-se, entretanto, a necessidade de estudar dois outros conceitos a ele histórica e conceitualmente conectados: o progresso e o desenvolvimento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

2.3.2
Produção industrial como progresso

Para o consumidor é corrente admitir as novidades promovidas pela indústria como expressão do progresso. Os produtos traduzem o progresso científico, tecnológico, comportamental das sociedades e sua posse tende a simbolizar também progresso pessoal para quem os adquire. O "novo" tende a concentrar atributos incontestáveis de "melhor", até que outra novidade o supere, numa escalada sem fim. Mas será um liquidificador atual melhor do que outro de 50 anos atrás? Houve progresso efetivo em seu design, em sua estrutura de funcionamento, nos materiais empregados, nos procedimentos necessários para o seu uso? Caso isso tenha ocorrido, daqui a 50 anos teremos um liquidificador tão melhor

[31] Todo o trecho sobre os movimentos tem como fonte anotações de aula. Seminário "Movimentos altermundialistas e o Fórum Social Mundial", apresentado por Ana Cristina Frias, Diana Aguiar e Rayne Ferretti e debatido pela turma e pelo professor José Maria Gomez. Disciplina "Teoria política contemporânea". PUC-Rio. 2006.

que o de hoje? E quando atingiremos a perfeição? Até lá, quantos liquidificadores teremos possuído?

Já foi visto que projetar a obsolescência, estilística e/ou funcionalmente, representa estratégia estrutural para a manutenção da economia capitalista. Assim, pode-se dizer que o liquidificador atual é análogo ou "pior" do que outro de 50 anos atrás e que se parecerá muito com o de daqui a 50 anos. Fazendo uso da razão, muitos consumidores têm plena consciência disso e constatam maiores níveis de qualidade em produtos antigos. No caso dos eletrônicos, por exemplo, se a versão traz vantagens em relação à mecânica, ela também exige diferente destreza para o seu manuseio e acarreta necessidades de manutenção cada vez mais distantes do domínio de conhecimentos de seu usuário.

O fato é que *novo* não equivale a *melhor*, e incontáveis vezes é flagrantemente *pior*. Tal constatação conduz à necessidade de entender as origens do conceito de *progresso* e os motivos que o levaram a tornar-se o adjetivo preferencial para qualificar a produção industrial.

Gilberto Dupas desenvolve a ideia de que o progresso é um mito construído pela civilização e de que esse mito ganhou corpo de ideologia:

> No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. O saber científico conjuga-se à técnica e, combinados — a serviço de um sistema capitalista hegemônico —, não cessam de surpreender e revolucionar o estilo de vida humano. Mas esse modelo vencedor exibe fissuras e fraturas; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de progresso; mas esse progresso, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento (2006, p. 11).

Não estamos nos tornando uma sociedade melhor e mais justa. De acordo com o autor, o presidente Truman, reconhecidamente um líder humanista, determinou a destruição de Hiroshima e Nagasaki pelas armas atômicas; a Guerra Fria manteve a humanidade entre a paz e um embate nuclear iminente durante muitos anos; em atitude dita preventiva, o país líder em processos tecnológicos invadiu o Iraque, dizimando milhares de pessoas e tendo seus jovens soldados sacrificados também; a microbiologia e a genética se esgueiram por caminhos perturbadores, desencadeando dilemas éticos e morais e muitos possíveis perigos irremediáveis para a espécie; ações humanas estão minando o equilíbrio natural do planeta (p. 12).

Ideias são aceitas ou rejeitadas não por serem verdadeiras ou falsas, mas por serem consideradas adequadas ou não para descrever algo em que temporariamente se acredita.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Progresso é dessas ideias-força que podem estar em uma ou outra das categorias mencionadas, dependendo de serem vistas como resultado de uma ação coletiva dos homens ou encaradas como um processo inexorável (Dupas, 2006, p. 30).

A fim de compreender um pouco melhor esse conceito, vale percorrer o trabalho de Dupas no livro *O mito do progresso*, em sua busca pelo entendimento da gênese da ideia de progresso.

Os gregos percebiam a história como uma ininterrupta sucessão de períodos de decadência e esplendor. Para Epicuro, a civilização humana era fruto da aplicação da inteligência, marcada por conquistas tecnológicas tais como o descobrimento do fogo, a utilização de metais, o desenvolvimento da linguagem, da navegação, das artes, da família e da ordem social.

No pensamento cristão, Santo Agostinho desenvolveu a ideia globalizadora de unidade na humanidade, como se ela tivesse infância, adolescência e maturidade. Dividiu a história em seis períodos, de Adão até Cristo, delimitando seus níveis de progresso. Como em sua tese o futuro caberia à providência divina, isso bloqueava a possibilidade de uma sequência para o progresso além de Cristo. Então Roger Bacon (séc. XIII), frade franciscano, quebrando o conservadorismo doutrinário da Igreja, argumentou em favor da utilidade da ciência, defendendo que a matemática, a astronomia, a física e a química seriam saberes essenciais ao estudo da teologia.

Embora por alguns séculos as mentalidades ocidentais tenham se mantido sob a égide de pensadores fatalistas como Maquiavel — que delegava à sorte, ao acaso e à fortuna os destinos humanos —, ao final do Renascimento a ideia de progresso iniciou seu retorno. No século XVII, Jean Bodin sublinhava o aprendizado gradual da espécie humana e, embora "reconhecesse" que tudo faz parte de um plano divino, reconhecia também a história como dependente das decisões dos homens:

> Homens estavam espalhados como animais nos campos e bosques e tinham somente aquilo que poderiam ter e manter pela força e pelo crime, até que gradualmente eles fossem levados da ferocidade e barbaridade ao refinamento dos costumes e da sociedade amparada pela lei em que nos encontramos. (Bodin apud Dupas, 2006, p. 38)

Para Francis Bacon, contemporâneo de Bodin, a Sabedoria era irmã do Tempo, pensamento justificável em uma época em que foram dados os primeiros saltos tecnológicos com a invenção da imprensa, da pólvora e da bússola, fase também compartilhada por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Descartes, que veio a conceber o cartesianismo, fundado na supremacia da razão e na invariabilidade das leis da natureza: lógica, raciocínio, rigor.

> Mas foi a popularização da ciência, um dos ícones daquele século [XVII], que marcou o sucesso definitivo de uma doutrina geral de progresso. O avanço da astronomia — com a perda do privilégio cósmico da Terra — e a necessidade de admitir que podemos não estar sós no universo tiveram uma profunda influência no pensamento humano. O destino universal do homem, defendido pela Igreja, sofreu forte abalo; restava-nos, perdidos na imensidão do universo, encontrar uma teoria menos grandiosa para iluminar nosso futuro de habitantes desse pequeno planeta. (apud Dupas, 2006, p. 40)

No século XVI, os puritanos haviam revolucionado as artes e as ciências, depositando no progresso sua fé religiosa, o que, de acordo com Weber, respaldou o nascimento do espírito capitalista. O progresso seria o meio pelo qual se daria a volta de Cristo, mesmo que um cataclismo social precisasse ser enfrentado para a glória final. Isaac Newton (séc. XVIII) acreditava que o conhecimento de Deus se daria por intermédio da ciência, o que referendava o pensamento de Leibniz (séc. XVII), de que "devemos reconhecer um certo perpétuo e livre progresso de todo universo, pois ele está indo em frente, rumo à perfeição" (p. 41).

Nos séculos XVIII e XIX, o pensamento racionalista vinculou o avanço intelectual ao progresso da humanidade. O objetivo seria o aumento do conhecimento pela superação da ignorância, rumo à felicidade. Voltaire visualizava uma relação de causalidade entre os eventos e as motivações dos homens, e Montesquieu ocupava-se da reflexão sobre métodos legais para controle dos problemas sociais. Então Rousseau levantaria a bandeira da igualdade ao criticar o contraste entre opulência e miséria, convite à degradação. Assim, paralelamente ao conceito de progresso, emergiram as ideias de igualdade, justiça social e soberania popular.

Neste ponto do texto, Dupas faz a seguinte relação: se em Agostinho entendia-se a "Providência como progresso", e entre os puritanos reformistas o "progresso era a Providência", para Marx o progresso resultava do engenho humano, ou seja, a ciência não mais estava associada a Deus: "a partir daí (séc. XIX), os termos evolução, desenvolvimento e progresso passaram a ter o mesmo sentido, sempre associados à evolução tecnológica" (p. 43).

Chega-se então ao ponto referencial para a reflexão da produção industrial enquanto progresso. A Revolução Industrial gerava provas irrefutáveis da capacidade humana de inovar e propiciar crescimento econômico. Acreditava-se que o progresso conduziria à liberdade. Para o economista francês Turgot, a humanidade caminhava "vagarosamente,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

rumo à perfeição" e a liberdade estimularia a criatividade e o progresso. Condorcet (filósofo e matemático francês), ao dividir a trajetória humana em 10 períodos de evolução, imaginara que ao seu final, após a Revolução Francesa, a liberdade individual triunfaria, estabelecendo desse modo uma ligação entre o progresso do conhecimento e a ideia de progresso social. E os fundadores dos Estados Unidos da América, ligados ao puritanismo, acreditavam terem sido escolhidos por Deus para libertar o mundo da ignorância, numa concepção de "progresso-como-Providência", como atestam as palavras de Benjamin Franklin:

> Tanto tenho me impressionado com... o crescimento da felicidade da humanidade, dos avanços da filosofia, moral, política e, até mesmo... com a aquisição e invenção de novos instrumentos e utensílios que, às vezes, desejei ter sido meu destino nascer dois ou três séculos mais tarde. (p. 48)

Não há como desmerecer tais palavras. Exercícios simples nos fazem imaginar, hoje, como deve ter sido árduo escrever com pena de ganso e bílis de boi ao invés das práticas canetas esferográficas; ou como ter que utilizar pele de reses não nascidas para alcançar uma espessura de página apta às escrituras na frente e no verso; ou como não contar com a luz elétrica, com o telefone, com os meios de transporte modernos. Não há como negar que esse progresso libertou o homem dos métodos antes empregados para os mesmos fins: a fogueira, o pombo correio, a caminhada, barcos ou cavalos.

Então Adam Smith colocaria nas mãos de cada indivíduo a responsabilidade pela melhoria de suas condições de vida, afirmando que o mercado funcionaria tanto melhor quanto menor fosse a interferência do Estado. Para ele, "o livre-comércio entre povos e nações seria de grande vantagem para todos e um elemento essencial de sua *ideia de progresso*" (Dupas, 2006, p. 48). Contra a intervenção dos governos clamava também Willian Goldwin, acusando-os como fonte de corrupção e partindo em defesa das massas oprimidas. Goldwin e Malthus respaldaram o surgimento do ideário socialista, ao qual passou a ser associado o conceito de progresso pelo trabalho de Saint-Simon na França e Robert Owen na Inglaterra: "se as instituições haviam sido responsáveis por criar o vício e a miséria, caberia mudá-las para que abolissem os monstros que criaram" (p. 49). Assim, segundo Dupas, eram firmadas duas linhas gerais sobre os conceitos de progresso: uma baseada nas doutrinas políticas do liberalismo, nas quais a evolução e o progresso da sociedade dependeriam da liberdade individual, e a dos socialistas, que afirmava a necessidade de invenção de um novo Estado para o desenvolvimento do homem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

A consolidação da ideia contemporânea de progresso ocorreu com a repercussão da publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859. O homem deixava de ser fruto da criação de Deus para ser visto como resultado da evolução do macaco. Tudo provinha de processos evolutivos.

Um novo vínculo estabeleceria a ligação entre progresso e poder na Alemanha, com um Estado-nação que incentivava e fornecia as condições para o progresso. Segundo Johann Gottfried Von Herder (final do séc. XVII/início do XIX), os homens avançariam em postos de conhecimento quando se dedicassem à nação. Mas para ele os alemães "representavam a vanguarda do progresso humano, e o Estado-nação a potencializaria", fenômeno de nacionalização de um conceito até então universal. Por tal viés, Hegel chegou a justificar a guerra por motivações étnicas e progressistas. E, no final do século XIX, Marx, crente no progresso inexorável da humanidade, defendeu o emprego do poder pela ditadura do proletariado até que o comunismo pudesse ser instaurado.

Entretanto, o advento das guerras mundiais propiciou a valorização de ideias até então menos disseminadas, como as de Tocqueville, Schopenhauer, Nietzche e Weber:

> O entusiasmo com que a juventude e as lideranças européias se entregaram à Primeira Guerra Mundial, como se se tratasse de um exercício de purificação civilizatória, foi sintomático de um profundo desarranjo nos padrões intelectuais durante o final do século XIX. Finalmente, a escalada nazista e a "solução final" acabaram sendo liquidadas com dois brutais ataques nucleares considerados, por muitos, desnecessários e cruéis. Tudo isso deu o tom de pessimismo às ideias de progresso que até então vigoravam. O fato é que passou-se a criticar, de modo geral, a divisão do trabalho, a quebra de instituições, o militarismo, o culto à tecnologia e o esquecimento da moral. (Dupas, 2006, p. 57)

Nessa correnteza, Hayek afirmou que a confiança depositada no progresso era um sinal de "mente rasa" e que, embora a massa populacional ainda acreditasse no progresso, entre os intelectuais indagava-se sobre a existência de "tal coisa" e, em caso afirmativo, se essa "coisa" seria desejável.

Walter Benjamin (sécs. XIX e XX) faria perturbadoras reflexões sobre o conceito de progresso em suas teses "Sobre o conceito de história". Segundo Dupas, ele era um crítico revolucionário da filosofia do progresso, tendo se dedicado a desconstruir esse discurso. Ao pregar "a interrupção de uma evolução histórica que levaria à catástrofe", indicando a urgência de um freio que evitasse o desastre, desferiu uma forte crítica cultural à civilização capitalista e defendeu a necessidade de haver uma contemplação do ponto de vista dos vencidos, e não dos vencedores, para a configuração da História (p. 59). Contra o discurso hegemônico do progresso, Benjamin lançava:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

> Não sou daqueles que pretendem que o progresso seja óbvio, que a humanidade não possa recuar. Não há fatalidade, caso contrário a história da humanidade, que se escreve de hora em hora, seria toda escrita antecipadamente (tese XXI).

Para Michael Löwy, Benjamin deu uma eloqüente contribuição para o sentido de história ao demonstrar que as rotas de mão única escritas pelos que triunfaram não são inevitáveis como eles nos querem fazer acreditar. Assim, seguindo a teoria de Benjamin, poder-se-ia ter o domínio do ciclo atômico sem que a bomba nuclear fosse criada ou, mesmo que o fosse, ela não obrigatoriamente precisaria ter sido lançada sobre Hiroshima e Nagasaki. “Cada presente descortina a chance de muitos futuros possíveis” (Benjamin).

Freud entendia a condição humana naquilo que a diferenciava da animal, reconhecendo, portanto, que a ambição de controlar as forças da natureza e a extração de suas riquezas para aplacar necessidades — exigidas pelo progresso — era característica fundadora da espécie. Mas não localizava evidências de que progresso semelhante tivesse ocorrido com relação aos assuntos humanos.

A partir das ideias de Freud, e envolvido com o ideário da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse (década de 1960) sinalizou que, por longo tempo, o conceito de progresso esteve ligado ao aumento do conhecimento e das capacidades humanas de dominar a natureza sem que houvesse preocupação suficiente com os valores que para tanto eram sacrificados. Como resultado, quando aquele progresso foi associado à lógica capitalista de produção, as riquezas geradas restringiram-se ao acúmulo de bens, acarretando o aumento da desigualdade social. Naquela fase, sob a égide capitalista, vigorava o conceito qualitativo de progresso, qual seja o de que, com o aumento da produtividade, cada vez mais homens se tornariam livres e a ampliação da liberdade aos poucos acabaria com a escravidão, a opressão e o sofrimento. Ou seja, a evolução técnica era pré-condição para o desenvolvimento humano. Marcuse apontava então que nesse cenário o trabalho teria se transformado no sentido principal da vida, independentemente de ele ser bom ou ruim. Aos talentos e necessidades humanas restavam os parcos instantes do lazer. A produtividade, como valor supremo, era a rota para a liberdade, uma liberdade sem satisfação, infeliz. Então “a paz, a alegria e a felicidade seriam incompatíveis com o progresso? Frustração e sofrimento seriam estímulos necessários à construção da civilização?” (Dupas, 2006, p. 75) Para Marcuse, a sociedade industrial avançada se edifica sob essa estrutura de progresso, presa à razão, sempre adiando a felicidade, alienada para permanecer produtiva: “o tempo de vida seria o curto tempo livre” (p. 78).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Durante a Guerra Fria, Jürgen Habermas refletiu sobre "a transformação da ciência e da técnica em instrumentos ideológicos de um capitalismo que se afirmava definitivamente como hegemônico" (p. 80). Em seu livro *A técnica e a ciência como 'ideologia'*, de 1968, dizia que com as invenções do século XIX, a técnica e a ciência estabeleceram uma "relação de dependência recíproca", "cientificando" todo o saber e, por consequência, transformando a instituição universitária, colocando-a a serviço da produção de bens e serviços. De acordo com o autor:

> O modo de produção capitalista exige permanentemente a renovação das técnicas para operar seu conceito motor schumpeteriano de destruição criativa: ou seja, produtos novos a serem promovidos como objeto de desejo, sucateando cada vez mais rapidamente o produto anterior e mantendo a lógica de acumulação em curso. (p. 84)

Ao invés do estigma de repressora e dominadora, a lógica capitalista teria assumido um "manto" de racionalidade, trazendo o progresso técnico e científico conjugado à escalada do domínio da natureza, o que proporcionou às pessoas "condições de existência sempre mais confortáveis" nos anos de 1960 e 1970, com aumento de produtividade no trabalho.

> Foi só depois que o modo de produção capitalista dotou o sistema econômico de um mecanismo que assegurasse à produtividade do trabalho um crescimento contínuo — com exceção das crises — que a introdução contínua de inovações, novas tecnologias e estratégias foi institucionalizada. (p. 86)

Inquietante, embora coerente, é a colocação de Dupas acerca da ética. De acordo com o autor, as visões tradicionais de mundo e dos valores a elas relacionados foram perdendo seu poder nesse processo, sendo então "transformadas em éticas, crenças subjetivas que asseguram o caráter obrigatoriamente privado das orientações modernas em relação a valores" (p. 87). Uma fragmentação do que antes se pretendia íntegro e indivisível gerou, portanto, condutas específicas para cada grupo, condutas essas não necessariamente ligadas a valores gerais ou tradicionais, grave questão contemporânea.

Finalizando as considerações sobre a noção de progresso, Habermas conferiu à lógica do progresso científico e tecnológico a dinâmica de evolução do sistema social, alertando que a política, nessa conjuntura, reduz-se a atender às necessidades de funcionamento do sistema produtivo (p. 88). A partir do final dos anos de 1980, num processo de sustentação recíproca, o incremento do processo de globalização e as ideias neoliberais devolveram ao Estado o posto de *obstáculo para o progresso*. O neoliberalismo conseguiu res-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

gatar então a noção de progresso vinculada à liberdade — desta vez, a liberdade dos mercados globais, via positiva e promissora para o capital. O fenômeno foi auxiliado pela queda do muro de Berlin e pelo fim do império soviético, fazendo do capitalismo o novo discurso global hegemônico.

A partir daí verifica-se a complexa rede que cerca a noção de progresso instalada na cultura do consumo de bens materiais.

E aqui cabe uma questão: para a tendência contemporânea, que exige de todo profissional um mergulho em área específica de estudo, a busca pelo conhecimento do panorama que estrutura a atividade não constituiria um aprofundamento em conteúdo de interesse estrito do design, e, portanto, entendido como específico? A indagação pode, inclusive, ser feita com outro arranjo de fatores: o profissional alheio ao panorama que dá estrutura ao design terá consistência para realizar um mergulho em alguma área específica de estudo? Esse é um debate premente para a área.

Segundo Silvia Fernandez e Gui Bonsiepe, ao contrário do que enfatizam muitos dos discursos atuais, adaptados à lógica da especialização produtiva, "o design não pode ser tratado como um fenômeno cultural isolado, encerrado em si, mas como uma variável de processos sócio-econômicos e sócio-políticos" (Bonsiepe e Fernandez, 2009, p. 13). No livro *Historia del diseño em América Latina y el Caribe*, esses autores e organizadores demonstram que os países latinos, assim como muitos outros dos continentes africano e asiático, perseguem o progresso com vistas a atingir níveis de desenvolvimento que lhes faltam ainda hoje.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

2.3.3
Progresso como desenvolvimento

Países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos: Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos — tais denominações, ordenadas pela grandeza, referem-se às muito diferentes realidades encontradas em cada um desses "mundos".

De acordo com o economista José Benedito de Zarzuela Maia, o conceito de desenvolvimento econômico não está restrito a crescimento de produção. O conceito envolve, principalmente, "os aspectos qualitativos relacionados ao crescimento", quais sejam a redução da pobreza, a elevação dos salários e rendas, o aumento de produtividade no trabalho e sua distribuição, o aperfeiçoamento das condições de trabalho, melhoria das condições habitacionais, maior acesso à saúde e à educação, aumento do tempo de lazer, melho-

ra da dieta alimentar, de transporte, segurança, baixos níveis de poluição, dentre outros[32]. Para o autor, a ideia do desenvolvimento econômico resulta de rupturas nos quadros econômicos instalados; e, como para romper esses quadros é necessário haver um capital acumulado que financie o processo, o desenvolvimento é próprio das economias capitalistas.

A partir da Revolução Industrial, novas tecnologias proporcionaram o desenvolvimento dos países que hoje integram o Primeiro Mundo. Maia destaca a definição de Celso Furtado para o conceito:

> (desenvolvimento econômico é) um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas — preexistentes ou criadas pela própria mudança — são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas. (Furtado apud Maia, 1964, p. X)

As inovações tecnológicas estão, portanto, no cerne do desenvolvimento econômico, daí a complementaridade entre os conceitos de progresso e de desenvolvimento.

Procurando a gênese do conceito de desenvolvimento econômico, Maia localiza em François Quesnay (séc. XVIII, França) a ideia de que o desenvolvimento dependia do aumento da produtividade agrícola, única atividade produtiva da época. Tudo deveria girar em torno de poder proporcionar a venda da produção com geração de excedentes a serem investidos nas outras atividades econômicas. No século seguinte, a obra de Adam Smith reconheceria a atividade industrial como modo capacitado a também gerar valor, enfatizando a necessidade da acumulação de capital, mas adicionando questões como a produtividade da mão-de-obra (a ideia da divisão de trabalho) e a defesa da liberdade de atuação dos mercados, livres das intervenções governamentais.

Em 1817, David Ricardo se dedicou a estudar o problema causado pelas superpopulações urbanas resultantes do processo de industrialização. O fenômeno contrariava as perspectivas de desenvolvimento, num efeito paradoxal. O incentivo ao lazer e ao aumento das comodidades deveria ser então proporcionado à população, dado ser este o objetivo último do desenvolvimento. Marx, meio século depois, somou às ideias de Smith e Ricardo a consideração de que qualquer renda não resultante do trabalho se configuraria como exploração.

Em 1854, Augusto Comte publicou *Sistema de política positiva*, obra que exerceu enorme influência no mundo ocidental. Como as explicações teológicas e metafísicas para os fenômenos vinham perdendo consistência desde o século anterior, superstições, mitos e

[32] MAIA, José Benedito de Zarzuela. Desenvolvimento econômico (verbete) *Dicionário de Direitos Humanos*. 31 de julho de 2006. Disponível em www.esmpu.gov.br/.../tiki-index.php?... Acesso em agosto de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

explicações religiosas foram substituídas pelo positivismo: a ideia de que a razão e a ciência têm capacidade de domínio total sobre a natureza, a produção de riquezas e a estrutura política. Um novo "projeto humano" foi então fundado sobre bases científicas consideradas sólidas, afetando a economia, a política e a ética,

> […] condições para a implementação do ideal de progresso e desenvolvimento da humanidade, com base na razão e na vontade humana, no trabalho livre e esclarecido e no poder da técnica. […] O positivismo no Ocidente impregnou nossa cultura, determinando nossa maneira de pensar e lidar com a realidade, humana e social.[33]

Em 1911, Schumpeter publicaria na Alemanha o livro *Teoria do desenvolvimento econômico*, onde distinguia a noção estática da economia (fluxo regular da atividade) de sua noção dinâmica (a chegada de inovações tecnológicas que alteram o fluxo regular), sendo este último o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. Sua teoria delegou ao empresário e à sua atitude inovadora o papel motor do desenvolvimento, na medida em que propõe padrões mais eficientes de produção ou insere uma nova invenção/inovação tecnológica no processo industrial. Os consumidores, então, são "educados" a desejar novos produtos e a relegar versões antigas desses objetos, num fenômeno denominado "destruição criadora". Por tal razão, Schumpeter sinalizava a importância da concessão de crédito ao empreendedor, pois isso possibilitaria as inovações, o desenvolvimento econômico e o gradual desaparecimento dos problemas sociais. As inovações tecnológicas lançadas e transformadas em produtos, ao serem replicadas por outros empresários com pequenas singularizações, geram aumento de empregos, de oportunidades e de poder aquisitivo, ativando a economia. Quando tais inovações são incorporadas pelos hábitos de consumo, porém, ocorre uma diminuição nos investimentos e a taxa de crescimento da economia cai, provocando um período de recessão. Para Schumpeter, os ciclos econômicos — alternância entre períodos de prosperidade e recessão — caracterizariam a economia capitalista.

Keynes, seu contemporâneo, reagindo aos efeitos compulsórios dessa correnteza cíclica, defendeu a necessidade de intervenção do Estado como forma de conter a instabilidade dela decorrente. Seu pensamento exerceu grande influência sobre muitos países que vieram a adotar políticas monetárias e fiscais como recursos de controle econômico.

[33] BRAGA, Osmar Rufino. *O ideal de progresso e desenvolvimento em Comte*: o sonho que virou pesadelo – Parte 5, Shvoong, resumos e revisões curtas. Disponível em pt.shvoong.com/.../1778443-ideal-progresso-desenvolvimento-em-comte/. 4 de março de 2008. Acesso em agosto de 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

A partir dessas informações sobre o conceito de desenvolvimento, vale analisar — mesmo que de um ponto de vista leigo — o cenário econômico atual, com vistas a um maior entendimento das relações de comprometimento que se estabeleceram entre progresso e desenvolvimento. Em primeiro lugar, hoje é cada vez mais flagrante a prevalência daquele efeito paradoxal do desenvolvimento apontado por David Ricardo: a problemática das superpopulações urbanas desprovidas de níveis aceitáveis de qualidade de vida. Também flagrante é a exploração de muitos em detrimento de poucos, conforme a tese de Marx. Identificam-se resultados vivos das ideias positivistas de Comte nos preocupantes quadros ambientais, sociais e nos hábitos de consumo contemporâneos. Periodicamente, conforme tese de Schumpeter, confirma-se a característica cíclica da economia capitalista, com fases de prosperidade seguidas por recessões, e o quanto a "destruição criadora" pode potencializar os efeitos nefastos do controle da natureza pelo homem. Por fim, frequentemente se assiste às tentativas dos governos em exercer algum controle sobre o fluxo da economia, como apontado por Keynes.

Embora os conceitos de progresso e desenvolvimento tenham diferenças na raiz, eles tendem a se mesclar e confundir. Idealmente, o progresso conduziria a sociedade diretamente ao desenvolvimento, mas o que se verificou é que as conseqüências do progresso são, em grande parte, geradoras de empecilhos à realização do desenvolvimento. Mesmo assim, para o senso comum, o sentido de desenvolvimento acaba equivocadamente amalgamado à ideia de progresso.

Pelo ponto de vista do design, se constata que essa atividade é plenamente capaz de gerar — por meio do projeto de produtos e sistemas — substancial colaboração para o aumento da qualidade de vida das pessoas e para a redução das desigualdades sociais, levando as inovações tecnológicas à sociedade como um todo, movimentando assim a economia capitalista e resultando em desenvolvimento. Mas o que se constata é que a engrenagem econômica faz com que isso se dê de forma segmentada, ou seja: um alto nível de qualidade em produtos dirigidos aos ricos e outro, muitíssimo aquém deste, nos destinados aos pobres. Produtos de luxo, produtos para a classe média alta, a média média, para a média baixa, sendo que o investimento em projetos já pressupõe custos que tendem a impossibilitar a dedicação do design a produtos populares, salvo por meio de incentivos do governo.

Prosseguindo com o raciocínio, existem, pois, camadas da população apartadas do acesso a produtos de qualidade, a transporte de qualidade, lazer, conforto. Excluídos e inconformados, alguns desses indivíduos podem obrigar-se a sacrifícios os mais diversos e outros podem valer-se inclusive de métodos ilícitos para obter produtos que, eles imagi-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

nam, têm o poder de incluí-los socialmente, conferindo-lhes status. Os métodos ilícitos incluem a violência sob as mais variadas formas. O objetivo é a posse forçada (o roubo de produtos) ou a compra dos melhores produtos (roubo de dinheiro para adquirir produtos), e a ambição sempre por mais posses tende a provocar a *flacidez moral*[34] que viabiliza a corrupção em qualquer setor da sociedade. O design projeta vários desses produtos ambicionados. Assim, o fruto do trabalho do design, em última análise, pode gerar, além de qualidade de vida, conforto e segurança, também violência e corrupção.

Violência e corrupção são entraves gravíssimos ao desenvolvimento e a tentativa de contenção tende a ficar exclusivamente a cargo do Estado, por intermédio de instrumentos de coerção como o policial e o legislativo. A pobreza precisa ser combatida, e, não, na leitura equivocada de desenvolvimento, ser considerada um efeito colateral do progresso e do desenvolvimento.

Fernandez e Bonsiepe trazem argumentos importantes para a discussão:

> Segundo a visão dos países hegemônicos, as economias latino-americanas estariam predestinadas a se limitar à exportação de *commodities* (matéria-prima sem valor agregado, o que inclui o design). Escreve o economista Aldo Ferrer: 'A crescente brecha no conteúdo tecnológico e de valor agregado entre as importações e exportações revelou que a economia argentina retornava a uma estrutura produtiva fundada essencialmente na exploração de seus recursos naturais e cada vez mais distante de uma estrutura diversificada e complexa, inerente à dinâmica do desenvolvimento e à capacidade de participar nos segmentos mais dinâmicos do comércio internacional'. Esta caracterização não se limita à Argentina, mas vale em maior ou menor grau para todas as economias latino-americanas submetidas a um processo de subordinação a interesses que inibe um desenvolvimento com uma organização social menos polarizada, menos antagônica, com menos violência estrutural. (2009, p. 13-14)

Os países do chamado Terceiro Mundo encontram imensas dificuldades para escalar postos maiores de desenvolvimento. As desigualdades sociais ocasionam fluxos migratórios muitas vezes ilegais, bolsões de miséria, violência, corrupção nos próprios países e naqueles para onde acorrem os refugiados, e engessamento do poder público para a gestão de modelos sócio-econômicos desenvolvimentistas, o que tende a se desdobrar em constrangimentos políticos para essas sociedades perante o mundo, como o estigma de "países atrasados".

Com o objetivo central de combater a disseminação da pobreza, a ONU iniciou em 1990 uma rede global envolvendo governos, iniciativa privada e sociedade civil. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD

[34] Termo cunhado por João Ubaldo Ribeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

> […] conecta (166) países a conhecimentos, experiências e recursos, ajudando pessoas a construir uma vida digna e trabalhando conjuntamente nas soluções traçadas pelos países-membros para fortalecer capacidades locais e proporcionar acesso a seus recursos humanos, técnicos e financeiros, à cooperação externa e à sua ampla rede de parceiros.[35]

No ano 2000, os 191 Estados-Membros das Nações Unidas assumiram o compromisso de até 2015 alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio[36]:

1. Erradicar a pobreza e a fome
2. Atingir o ensino básico universal
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

O PNUD quantifica o nível de desenvolvimento de um país utilizando o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, medida comparativa entre riqueza, educação e esperança média de vida[37]. A Islândia ocupa o primeiro lugar no ranking e Serra Leoa o 177^{0} e último lugar da lista publicada em 2008. O Brasil ocupa a 70^{a} posição, considerada de "alto desenvolvimento".

Pontuados os conceitos de desenvolvimento e progresso, resta relacioná-los à ideia de *liberdade*, motor do sistema.

2.3.4
Progresso, desenvolvimento e liberdade

Não parece exagero dizer que a história da civilização humana é uma história de busca pela liberdade. Essa busca motiva as ações humanas tanto em revoluções e guerras quanto na construção das estruturas econômicas, políticas, ideológicas e sociais que as provocam/edificam, nas atitudes mais elementares dos indivíduos, enfim. O homem tem sede de

[35] Site oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Conferir em www.pnud.org.br. Acesso em setembro de 2009.
[36] Site oficial dos Objetivos do Milênio. Conferir em www.objetivosdomilenio.org.br. Acesso em janeiro de 2010.
[37] O IDH foi desenvolvido em 1998 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

liberdade — mas o que é liberdade? E de que forma ela se relaciona com o progresso e o desenvolvimento?

Muitas teses foram e ainda serão escritas sobre o tema, tal sua complexidade e vastidão. Certamente elas não são e não serão teses da área do design, mas o design pode do assunto se servir grandemente porque é também função dos produtos proporcionar liberdade — liberdade de executar ações que antes deles (ou da invenção das ferramentas) eram realizadas por meio de gestos e procedimentos hoje considerados prosaicos, como o de se alimentar com as mãos ao invés fazê-lo com a mediação de talheres.

Muitos pensadores podem ser acessados para o estudo da liberdade, mas aqui os esforços dirigem-se à compreensão do artigo "Dois conceitos de liberdade", do filósofo político britânico Isahiah Berlin, e somente a este texto, dado o distanciamento que a autora desta pesquisa tem com o tema. Como está expresso no título, o autor analisa a liberdade por diferentes ângulos, análise oportuna e estreitamente ligada aos objetivos desta parte de nossa pesquisa. Berlin inicia:

> Se os homens nunca discordassem sobre os objetivos da vida, se nossos ancestrais tivessem permanecido imperturbados no Jardim do Éden, os estudos [...] de *Teoria Política e Social* não poderiam ter sido concebidos. Pois esses estudos nascem e prosperam na discórdia. (Berlin, 2002, p. 226)

Ele observa que "quando há consenso sobre os fins, as únicas questões que restam se referem aos meios, e essas não são políticas, mas técnicas", aptas a serem solucionadas por especialistas ou máquinas. Tal é o problema daqueles que crêem na perfeita harmonia social, aponta Berlin, pois essa perspectiva utópica parte do princípio de que problemas políticos e morais podem ser transformados em meras questões tecnológicas. A insistência em tal materialismo tende a fazer com que as forças sociais permaneçam cegas e sem direção, quando deveriam estar, isto sim, fundamentadas em ideias. Daí a necessidade de os movimentos e conflitos sociais serem compreendidos por intermédio das ideias neles envolvidas, o que lhes concede o estatuto fatos da história humana.

Para o autor, a questão que domina no mundo consiste da guerra entre dois sistemas de ideias que respondem diferente e conflitantemente ao problema central da política: obediência e coerção. Por que se deve obedecer a alguém? Por que não posso viver de acordo com a minha vontade? Deve-se obedecer? Em caso de desobediência, pode-se ser coagido? Coagido por quem, em que medida, em nome de quê e por quê? Os sistemas de ideias ve-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

em tais questões de maneiras opostas, mas partem da mesma afirmação: “coagir um homem é privá-lo da liberdade”.

> Liberdade de quê? Quase todo moralista na história humana tem elogiado a liberdade. Como a felicidade e a bondade, como a natureza e a realidade, a liberdade é um termo cujo significado é tão poroso que não parece capaz de resistir a muitas das interpretações. Não proponho discutir a história dessa palavra protéica ou seus mais de duzentos sentidos registrados pelos historiadores de ideias. Proponho examinar não mais que duas de suas acepções — mas elas são centrais, com muita história humana atrás de si e, ouso dizer, ainda por acontecer. (p. 228-229)

O primeiro sentido político de liberdade é o negativo, e levanta a seguinte questão: o que determina que uma pessoa atue de determinada forma e que possa fazer o que quiser sem que os outros interfiram nessas decisões?

O segundo é o sentido positivo de liberdade: quem ou o quê pode estar dotado a definir o que se pode ser ou fazer?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

A noção de liberdade negativa

Se ninguém interfere na minha vida, sou livre. Se alguém interfere, dependendo do grau em que isso é feito, sou coagido ou escravizado. Mas a incapacidade de alcançar um objetivo não configura falta de liberdade, como é o caso de alguém que não enxerga pelo fato de ser cego.

A falta de liberdade política se dá quando não consigo alcançar um objetivo devido a arranjos feitos por outras pessoas. Sou livre quando não sofro a interferência de outros. Mas essa ideia poderia levar ao caos social.

Ficou entendido, então, que a lei delimitaria a área livre de ação do homem. Pensadores libertários como Locke, Mill, Constant e Tocqueville viriam a supor a existência de uma “certa área mínima de liberdade pessoal que não deva ser violada de modo algum” (Berlin, 2002, p. 230-231). Isso exige a demarcação da fronteira que divide a área da vida privada da área da autoridade pública, que mais do que discutida, precisa ser regateada (na opinião de Berlin). Mas sem condições mínimas para o uso da liberdade, para o que ela há de servir? Qual o seu valor? Berlin aponta que um camponês, antes de precisar de sua liberdade pessoal, necessita de roupas e remédios. No entanto, a liberdade que lhe é concedida pelo sistema é a mesma permitida a professores, artistas e milionários.

> O que perturba a consciência dos liberais ocidentais não é, a meu ver, a convicção de que a liberdade buscada pelos homens difere segundo suas condições sociais ou econômicas, mas a de que a minoria que a possui conquistou-a explorando ou, pelo menos, evitando contemplar a imensa maioria que não a tem. (p. 231)

Vem daí o conceito de justiça, de moralidade liberal: a igualdade de liberdade, ou seja, a convicção de que os outros não devem ser tratados de um modo que eu próprio não gostaria de ser. Citando o crítico russo Belinky, o autor desenvolve: "se outros devem ser privados de liberdade, então não a desejo para mim". A fim de evitar isso, abro mão da minha liberdade: renuncio à minha liberdade em prol da justiça. Mas sacrifício não é aumento de liberdade, o que permite concluir que liberdade é diferente de igualdade, justiça ou consciência tranqüila.

> Se a liberdade de minha nação depende da desgraça de outros seres humanos, o sistema que promove tal coisa é injusto e imoral. Mas se abro mão de minha liberdade (ou a restrinjo para diminuir a vergonha dessa desigualdade), não aumento com isso materialmente a liberdade individual de outros, e ocorre uma perda absoluta de liberdade. (p. 232)

Este é o ponto propício para trazer a discussão ao âmbito do design.

Em alguns países, profissionais e estudantes se dedicam a projetar soluções para acomodar populações de rua, abrigos que as protejam do frio, da chuva etc., como se pode ver na figura a seguir.

Figura 18. Urban Nomad Shelter inflatable, projetado pelos designers norte-americanos Cameron McNall e Damon Seeley. 2004.

O que os move, eles explicam, é o senso de justiça. Mas cabe a pergunta: ao oferecer a *homelesses* tais abrigos, esses profissionais não estarão politicamente contribuindo para a institucionalização da situação, ou seja, demonstrando concordância com o fato de que pessoas possam morar nas ruas? Afinal, a liberdade individual dessa população não será aumentada; os abrigos diminuirão a liberdade dos pedestres, mantendo o constrangimento que sentiriam ao passar pelas calçadas e se deparar com mendigos. Provavelmente haverá o que Berlin aponta como "perda absoluta de liberdade", mesmo que os moradores

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

de rua se sintam relativamente mais protegidos e que, em alguma medida, sentimentos de culpa dos passantes ou dos projetistas sejam expiados. O abrigo denota sinais de progresso para os sem-teto, proporcionando-lhes proteção relativa, aquecimento e até mesmo alguma privacidade, mas parece se tratar de um "progresso" que os condena ao não-desenvolvimento. Excluídos das benesses cidadãs e econômicas, podemos pensar que sua situação é consequência negativa da escalada do progresso e um sinal flagrante de níveis inaceitáveis de desenvolvimento e de liberdade.

Figura 19. A partir de sobras de impressão de embalagens de leite, o designer holandês Daniel Schipper projetou um abrigo para moradores de rua empregando a técnica do origami.

Benjamin Constant, grande defensor da liberdade e da privacidade, declarou que as liberdades de religião, opinião, expressão e propriedade são o grupo mínimo de liberdades a ser garantido. Dentre os pensadores que se dedicaram ao assunto, o argumento para manter a autoridade em xeque é sempre o mesmo: um mínimo de liberdade pessoal é indispensável para não "degradar ou negar nossa natureza" (Berlin, 2002, p. 233). Mas qual deve ser esse mínimo? Mill defendia que a única liberdade que merece ser assim chamada é aquela que nos permite buscar o nosso bem à nossa maneira, mesmo que para tanto seja necessário coagir o outro. E advogava:

> A menos que o indivíduo tenha permissão de viver como deseja na 'parte (da sua conduta) que interessa unicamente a si mesmo', a civilização não pode progredir; por falta de um livre mercado de ideias, a verdade não virá à luz; não haverá oportunidades para a espontaneidade, a originalidade, o gênio, a energia mental, a coragem moral. A sociedade será esmagada pelo peso da 'mediocridade coletiva. (Mill apud Berlin, 2002, p. 234)

Do trecho acima, pode-se destacar que a liberdade pessoal, então, seria indispensável para o progresso da civilização, vinculação importante para esta discussão. Mas procu-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

rando exemplificar também esse caso com projetos de design (ou fenômenos que envolvem bens de consumo), vale a tentativa de aplicar o raciocínio de Mill à máscara cirúrgica da Hello Kitty produzida para convencer crianças a protegerem-se do vírus da gripe asiática, identificada em Beijing e catalogada na exposição "Safe: design takes on risk", Moma, NY, 2005.

Quando a gripe asiática (SARS) foi deflagrada, em 2003, uma lei se impôs: o uso obrigatório de máscaras cirúrgicas como prevenção de contágio. Essa lei bloqueou a liberdade individual da opção por usá-la ou não. Mas terá sido a máscara com a Hello Kitty um sinal de "mediocridade" ou um recurso pragmático e potencialmente eficaz de convencimento à proteção, ou seja, à liberdade de tentar fazer com que a criança desfrutasse da liberdade de tentar não ser infectada?

Figura 20. Hello Kitty SARS Mask . 2003.

Rebatendo as colocações de Mill, James Stephen, no livro Liberty, equality, fraternity, sinaliza a existência de evidências históricas que comprovam que "a integridade, o amor à verdade e o individualismo inflamado crescem tanto em comunidades de disciplina severa ou sob a disciplina militar, quanto em sociedades tolerantes ou indiferentes", o que faz cair por terra a ideia de que o progresso do gênio humano depende da liberdade. Além disso, afirma Berlin, um déspota de mente liberal pode conceder aos seus súditos uma grande liberdade pessoal. Ele pode ser injusto, encorajar desigualdades, mas, desde que não reprima a liberdade dos súditos, ele satisfaz a especificação de Mill. Assim, "não há nenhuma ligação necessária entre a liberdade individual e a regra democrática" (Berlin, 2002, p. 236)[38].

A diferença entre a liberdade negativa e a positiva reside então nas diferentes respostas a serem dadas às seguintes perguntas: "Quem me governa" e "Até que ponto o governo interfere na minha vida". A concepção negativa é a libertação de; a positiva, a libertação para.

[38] Vale dizer que esta é uma afirmação de Berlin, aqui apresentada como um raciocínio coerente, do qual esta autora não pretende concordar ou dele discordar. Aliás, quando fui apresentada ao autor, nas aulas de Teoria Política Contemporânea, me surpreendi muito ao ouvir meus colegas de turma fazerem fortes críticas a ideias que eu, como designer, tendia a simplesmente acatar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

A noção de liberdade positiva

Prosseguindo com a leitura sobre a noção de liberdade em Berlin, o sentido positivo vem "do desejo que o indivíduo nutre de ser seu próprio senhor". Desejo de ser um agente, com poder de decisão, e não permitindo que outros decidam por mim. Sou guiado por mim mesmo, e não por um outro, que o faria como se eu fosse incapaz de conceber metas e políticas próprias e de realizá-las. Tenho a razão, tenho a vontade, sou responsável por minhas escolhas (p. 236-237).

Essa "metáfora do autodomínio" pode ter sido inofensiva de início. Se sou meu próprio senhor, não sou escravo de nenhum homem. Mas ser escravo da natureza, ou de minhas paixões desenfreadas não é ser escravo? Então essa minha natureza "mais baixa" precisa ser disciplinada — por meio da razão — para que atinja a altura de sua "natureza real". Em termos coletivos, portanto, a natureza "mais baixa" dos outros precisa também atingir o mesmo estágio.

> Os perigos de se usarem metáforas orgânicas para justificar a coerção de alguns homens por outros, a fim de alçá-los a um nível 'mais elevado' de liberdade, têm sido frequentemente apontados. Mas o que confere a esse tipo de linguagem sua plausibilidade é o fato de que reconhecemos ser possível, e às vezes justificável, coagir os homens em nome de alguma meta (vamos dizer a justiça ou a saúde pública) que eles próprios buscariam atingir se fossem mais esclarecidos, mas que não o fazem porque são cegos, ignorantes ou corruptos. Isso torna fácil que eu me imagine coagindo outros para o bem deles, no interesse deles, e não no meu. Estou assim afirmando que sei, mais do que eles próprios, do que eles verdadeiramente precisam.
>
> Uma vez adotada essa visão, estou em posição de ignorar os desejos reais dos homens ou das sociedades, de amedrontá-los, oprimi-los, torturá-los em nome e no interesse de seus eus "reais" (aqueles que seriam revelados pela disciplina), com base no conhecimento seguro de que tudo o que é a verdadeira meta do homem (a felicidade, o desempenho do dever, a sabedoria, uma sociedade justa, a auto-realização) deve ser idêntico à sua liberdade — a escolha livre de seu eu "verdadeiro" (aquele revelado pela disciplina), ainda que frequentemente submerso e inarticulado. (Berlin, 2002, p. 238)

O holocausto judeu pode exemplificar as palavras de Berlin. A sociedade alemã sentia-se vítima da opressão (supressão de liberdades) econômica, com todas as consequências políticas e sociais que disso podiam advir. Em defesa (ou, mais propriamente *em nome*) da liberdade, o partido nazista lançou uma campanha de convencimento popular cujo lema era o extermínio daqueles que, do ponto de vista antissemita, tolhiam as liberdades do povo ariano. Ou seja, os nazistas suprimiram mais de seis milhões de vidas na Europa em nome do progresso, do desenvolvimento e da liberdade.

Buscando esclarecer a questão, Berlin raciocina: uma coisa é aceitar que posso ser coagido para o meu bem. Outra muito diferente é pensar que, se é para o meu bem, não

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

estou sendo coagido, permanecendo livre, pois o que os outros procuram é impor a mim a minha vontade “real” (aquela que ainda não atingi por despreparo). Isso vem demonstrar que as concepções de liberdade provêm das visões que o eu pode assumir. E assim se torna possível “fazer com que a liberdade signifique qualquer coisa que o manipulador deseje”.

Chega-se então à figura do manipulador, aquele que bondosamente nos dirá o que desejamos ouvir, abrindo-nos o caminho para o que nosso eu “real” (ainda submerso) objetivaria caso estivéssemos de posse de um nível “mais elevado” de liberdade. Chega-se ao mercado, à publicidade e ao consumo.

Figura 21. “Liberdade é uma calça velha/ azul e desbotada/ que você pode usar/ do jeito que quiser /só não usa quem não quer/ USTOooP/ desbota e perde o vinco/ e tem índigo blues/ USTOooP/ seu jeito de viver”.

Há um par de perguntas que, quando feitas hoje às pessoas (mais especificamente a alunos de design) suscita grande discussão: O mercado de bens de consumo nos oferece aquilo que desejamos, adivinhando nossas necessidades? Ou ele nos faz desejar e mesmo necessitar dos produtos que nos oferece?

Os que respondem afirmativamente à primeira indagação parecem ter acatado a ideia de que o mercado (o manipulador) sabe mais sobre a nossa liberdade do que nós mesmos, proporcionando às pessoas aquilo que desejariam caso tivessem disciplinado sua “vontade real”. No entanto, aqueles que acreditam que o que ocorre é o processo inverso — o mercado nos fazendo desejar o que produz — também se submetem à ideia positiva de liberdade, porque, ao consumir, continuam obedecendo ao manipulador, embora se coloquem criticamente diante da questão quando arguidos. A diferença existente entre os dois grupos é que o primeiro desfruta de um grau maior de liberdade (mesmo que isso seja uma ilusão) e o segundo percebe haver níveis de manipulação nesse processo, para além de sua capacidade de controle ou escolha.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

Para conviver com a falta de liberdade, diante do consumo e dos procedimentos que o viabilizam, assumimos posturas que podem ser compreendidas com o prosseguimento da leitura do texto de Berlin, que afirma ter o "eu" assumido, historicamente, duas formas de sentir seu desejo sendo guiado por si mesmo: a *abnegação* para alcançar a independência e a *total auto-identificação* "com um princípio ou ideal específico para alcançar o mesmo fim" (Berlin, 2002, p. 240).

No caso da abnegação, o indivíduo escolhe se libertar dos desejos que não pode concretizar, evitando a derrota e a perda e decidindo, assim, não lutar por nada que não se considere seguro a obter. É possível fazer uma relação entre esta descrição e a apatia que imobiliza muitas vezes os cidadãos perante a política. Alcançar respostas rápidas e substanciais do mercado se revela mais viável do que atingi-las por intermédio de uma relação com as instituições. Então o ato de consumo pode ser lido como um exercício de liberdade — mesmo que esquizofrênico — decorrente da postura de abnegação aos empecilhos que atravancariam a realização de um ato político.

No caso da auto-realização, o indivíduo entende que "o uso da razão crítica, a compreensão do que é necessário e do que é contingente", é a única forma verdadeira de alcançar a liberdade. Desobedecer a tais princípios seria, portanto, uma atitude ignorante e irracional. Para deixar o conceito mais claro, Berlin explica que um músico precisa se submeter ao aprendizado da teoria musical para que possa ler a partitura e, então, executar a obra de maneira livre.

Figura 22. Roleta de ônibus e porta giratória para ingresso em bancos, sistemas que partem das premissas de que o usuário não pagará a passagem e assaltará o banco.

Analisando a questão pelo ponto de vista do design, podemos fazer uma analogia entre a partitura e diversos sistemas instaurados no ambiente urbano que vêm sendo "compreendidos" e seguidos quase que cegamente, embora tenham sido projetados justamente para tolher a liberdade, como é o caso das roletas dos ônibus ou das portas giratórias na entrada dos bancos. A designer Vera Damazio, em suas aulas, afirma que esses sistemas partem da premissa de que o usuário pretende fugir da obrigação de pagar a passagem do transporte coletivo ou que transporta objetos suspeitos a serem empregados em um assalto. Ou seja, alguns produtos nos tratam como se fôssemos todos bandidos, mas acabamos por absorvê-los culturalmente da maneira como eles são, pois concluímos que, após ultrapassar tais barreiras, adquirimos a liberdade de viajar ou de transitar por esses espaços.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA

O progresso, o desenvolvimento e a liberdade são conceitos complexos e relativos que se encadeiam em significados muitas vezes equivocados, podendo mesmo ser entendidos como sinônimos de um estado evolutivo de claros contornos, livre de ruídos. Sua interferência na conformação política, econômica e social dos cenários que subsidiaram e ainda mantêm o design como atividade é estrutural para o entendimento do que somos e do papel que exercemos no mundo.

Daí o conteúdo do próximo capítulo: povoar o panorama teórico aqui traçado com fatos demonstrativos dos efeitos analisados. No caso, dos efeitos da mamadeira e dos frutos do trabalho do design sobre a realidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0610645/CA